



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXVI — N.º 12

QUARTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 1971

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 13.ª SESSÃO EM 20 DE ABRIL DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA, RUY CARNEIRO, GUIDO
MONDIN E RENATO FRANCO**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se
presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Flávio Brito —
José Esteves — Cattete Pinheiro —
Renato Franco — Alexandre Costa —
Petrônio Portella — Helvidio Nunes —
Waldemar Alcântara — Wilson Gon-
çalves — Dinarte Mariz — Duarte Fi-
lho — Milton Cabral — Wilson Cam-
pos — Arnon de Mello — Leandro
Maciel — Lourival Batista — Heitor
Dias — Ruy Santos — Amaral Peixoto
— Paulo Tôrres — Benjamin Farah
— Danton Jobim — Nelson Carneiro
— Magalhães Pinto — Benedito Fer-
reira — Ozires Teixeira — Fernando
Corrêa — Filinto Müller — Saldanha
Derzi — Ney Braga — Antônio Carlos
— Daniel Krieger — Guido Mondin —
Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Por-
tella) — A lista de presença acusa o
comparecimento de 35 Srs. Senadores.
Havendo número regimental, declaro
aberta a Sessão. O Sr. 1.º-Secretário
procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLI-
CA, NOS SEGUINTE TERMOS:

MENSAGEM

N.º 52, DE 1971

(N.º 62, de 1971, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros
do Senado Federal:

Nos termos dos artigos 42, item III,
e 128, da Constituição, tenho a honra
de submeter à consideração do egrégio
Senado Federal o nome do Tenente-
Brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oli-
veira Sampaio, para exercer o cargo
de Ministro do Superior Tribunal Mi-
litar, na vaga decorrente do faleci-
mento do Ministro Tenente-Brigadei-
ro Francisco de Assis Corrêa de Mello.

Os méritos do Tenente-Brigadeiro
Carlos Alberto Huet de Oliveira Sam-
paio, que me induziram a escolhê-lo
para o desempenho desse elevado car-
go, se evidenciam pela leitura do ane-
xo Curriculum Vitae.

Brasília, 20 de abril de 1971. — Emí-
lio G. Médici.

“CURRICULUM VITAE”

DO TENENTE-BRIGADEIRO CARLOS
ALBERTO HUET DE OLIVEIRA
SAMPAIO.

Nascimento: Rio de Janeiro, Esta-
do da Guanabara, em 24 de maio de
1907.

Filiação: Antônio Júlio de Oliveira
Sampaio (falecido) e Maria Luíza
Huet de Oliveira Sampaio.

Carreira

Praça: 11-4-25; Guarda-Marinha:
20-12-28; 2.º-Tenente: 3-10-29; 1.º-
Tenente: 27-8-31; Capitão: 19-1-33;
Major: 20-12-41; Tenente-Coronel:
23-2-44; Coronel: 21-9-50; Brigadeiro:
17-12-58; Major-Brigadeiro: 1-7-64;
Tenente-Brigadeiro: 22-6-67.

Cursos

Escola Naval; Aviador Naval; “Air
Staff” na Comandand General Staff
School-Fort Leavenworth — EEUU;
Army Air Force School Of Applied
Tatics — Orlando, Flórida — EEUU;
Comando e Estado-Maior da Aero-
náutica (CEMCAR Sup); Curso Su-
perior de Guerra (ESG).

Medalhas e Condecorações

Ordem do Mérito Aeronáutico —
Grã-Cruz; Ordem do Mérito Naval —
Grande Oficial; Ordem do Mérito Mi-
litar — Grande Oficial; Ordem de Rio
Branco — Grã-Cruz; Cruz de Aviação
— Fita B; Campanha do Atlântico
Sul; Mérito Santos Dumont de Prata;
Medalha Militar de Ouro c/passador
de Platina; Ordem do Mérito Militar
— Itália; Ordem do Mérito Jurídico;
Medalha do Mérito de 2.ª classe —
Chile; “La Cruz del Servicio Distingui-
do da Nicarágua”; Medalha Comemo-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

rativa da 1.^a Observação Aérea; Pilôto de Guerra Honorário do Chile; Medalha de Mérito Militar de 1.^a classe — Força Aérea Portuguesa; Ordem Nacional da Legião de Honra — República Francesa-Oficial; Medalha da Ordem de AVIZ — Portugal; Medalha Mérito Tamandaré.

Principais Funções

Oficial Subalterno do Departamento de Artilharia do Cruzador "Bahia" e do Encouraçado "Minas Gerais".

Encarregado da Seção de Aviação de Treinamento da Base de Aviação Naval do Rio de Janeiro.

Chefe do Departamento de Pessoal e Chefe do Departamento do Material da Escola de Aviação Naval e da Base de Aviação Naval do Rio de Janeiro.

Imediato e Comandante da Base de Aviação Naval de Santa Catarina.

Comandante e Imediato da 2.^a Divisão de Esclarecimento e Bombardeio. Imediato do Correio Aéreo Naval.

Chefe do Departamento de Administração da Escola de Especialistas da Aeronáutica (Galeão).

Comandante de 2 (duas) Esquadrilhas transportadas em vôo dos EEUU para o Brasil, no período da Guerra.

Chefe da 1.^a Seção, 2.^a Seção e do Serviço de Material do Quartel-General da 5.^a Zona Aérea (Rio Grande do Sul).

Adjunto da 2.^a Seção do Estado-Maior da Aeronáutica.

Subcomandante da Escola de Aeronáutica dos Afonsos.

Adido Aeronáutico no Chile.

Chefe do Estado-Maior das 1.^a, 4.^a e 3.^a Zonas Aéreas, respectivamente.

Chefe de Divisão da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica.

Chefe do Gabinete do Diretor-Geral do Pessoal da Aeronáutica.

Comandante do Núcleo de Comando Aerotático.

Subinspetor-Geral da Aeronáutica.

Inspetor-Geral da Aeronáutica.

Comandante da Escola de Aeronáutica (hoje Academia da Força Aérea).

Subdiretor de Proteção ao Vôo (Diretoria de Rotas Aéreas).

Assistente de Aeronáutica da Escola Superior de Guerra.

Comandante da 6.^a Zona Aérea.

Comandante da 4.^a Zona Aérea.

Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Presidente da CERNAI (Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional).

Comissões de Estudos das quais Participou

Membro da Comissão de Estudos para instalação de uma Base de Aviação Naval no Estado de Mato Grosso, quando irrompeu o movimento revolucionário de São Paulo em 1932, participando por isso em operações militares no referido Estado de Mato Grosso.

Membro Suplente da Comissão de Promoções de Oficiais de Aeronáutica.

Representante do Ministério da Aeronáutica no Conselho Nacional de Transportes.

Representante do EMAER na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos da América do Norte.

Representante da FAB na VII Conferência de Chefes de Estado-Maior em Caracas, Venezuela, e na Exposição de Aeronáutica de Paris ("Le Bourget"), maio-junho de 1967.

Chefe da Comitiva Brasileira em visita Oficial à Força Aérea Francesa e à Indústria Aeronáutica daquele País.

Chefe da Comitiva Brasileira em visita Oficial à Indústria Aeronáutica Alemã em 1967.

Chefe da Comitiva Brasileira em visita Oficial à Real Força Aérea Sueca e à Indústria Aeronáutica daquele País em 1967.

Chefe da Comitiva Brasileira em visita Oficial à Real Força Aérea Canadense e Indústria Aeronáutica daquele País.

Representante da FAB na VIII Conferência de Chefes de Estado-Maior em Colorado Springs, Estados Unidos da América do Norte, maio, 1968.

Representante da FAB na IX Conferência de Chefes de Estado-Maior em Viña del Mar — Chile (maio-junho de 1969).

Visitas Oficiais

A FRANÇA:

- a) Fábrica Dassault (Aviões Mirage e Mystère) Bordeaux;
- b) Fábrica de Helicópteros Sud Aviation em Marselha (Alouette) Marignane;
- c) Base Aérea de Dijon.

A ALEMANHA:

- a) Fábrica Vereinigte Flugtechische Werk GmbH (Bremen);
- b) Fábrica Hamburger Flugzeugbau GmbH (Hamburgo).

A SUÉCIA:

- a) Fábrica de aviões SAAB. Linköping;

b) Fábrica de armamento BOFORS;

c) Fábrica de aparelhos de comunicações L.M. Ericsson. Stockholm;

d) Fábrica Standard Radio & Telefon AB.

A INGLATERRA:

- a) BAC (British Aircraft Corporation);
- b) HS (Hawker Siddeley);
- c) Rolls-Royce.

A ITÁLIA:

- a) FIAT — Turim;
- b) Macchi — Milão;
- c) Pratica di Mare — Centro Técnico (Aeronáutica Militar Italiana).

AO CANADÁ:

- a) Instalações do Aeroporto e Serviço de Proteção ao Voo de Montreal;
- b) Fábrica de Havilland — Toronto — Canadá;
- c) Fábrica Canadair — Montreal;
- d) Unidade Aérea de Transporte — Trenton;

Trabalhos e Livros

Artigos publicados em jornais e trabalhos especializados escritos para revistas profissionais.

Horas de Voo

3.900 horas.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

MENSAGEM

N.º 53, DE 1971

(N.º 63, de 1971, na Origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos dos artigos 42, item III, e 128, da Constituição, tenho a honra de submeter à consideração do egrégio Senado Federal o nome do General-de-Exército Augusto Frago, para exercer o cargo de Ministro do Supe-

rior Tribunal Militar, na vaga decorrente do falecimento do Ministro General-de-Exército Alvaro Alves da Silva Braga.

Os méritos do General-de-Exército Augusto Frago, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, se evidenciam pela leitura do anexo Curriculum Vitae.

Brasília, 20 de abril de 1971. —
EMÍLIO G. MÉDICI.

"CURRICULUM VITAE" DO GENERAL-DE-EXÉRCITO AUGUSTO FRAGO

Nascimento: Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em 26 de novembro de 1908.

Filiação: Bernardo Frago e Adelaide de Souza Frago.

Carreira

Praça: 1.º-4-26.

Aspirante-a-Oficial: 19-1-29.

2.º-Tenente: 25-7-29.

1.º-Tenente: 19-2-31.

Capitão: 2-10-34.

Major: 25-8-42.

Tenente-Coronel: 25-12-44.

Coronel: 25-9-52.

General-de-Brigada: 25-11-59.

General-de-Divisão: 25-3-64.

General-de-Exército: 25-11-66.

Cursos

Escola Militar do Realengo.

Centro de Instrução de Transmissões.

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Escola de Estado-Maior do Exército.

"Engineer School", do Exército dos Estados Unidos da América.

Curso de Bibliografia Brasileira.

Curso Superior de Guerra.

Operações de Guerra

Adjunto e Chefe de Seção do Estado-Maior da Força Expedicionária

Brasileira na Campanha da Itália durante a 2.^a Guerra Mundial.

Comandos, Chefias e Comissões

Instrutor da Escola Militar Provisória, da Escola Militar de Realengo, da Escola das Armas e da Escola de Estado-Maior do Exército.

Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, nas Administrações Canrobert e Lott.

Adjunto do Adido Militar em Washington.

Delegado do Brasil na Junta Interamericana de Defesa e na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, em Washington.

Adjunto da 2.^a Seção do Estado-Maior do Exército.

Chefe de Gabinete da Diretoria Geral de Engenharia.

Comandante do 5.^o Batalhão de Engenharia de Combate e do 2.^o Batalhão Rodoviário.

Chefe de Comissões de Construção de Estradas de Ferro e de Rodagem.

Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (1958-1960).

Diretor do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) — 1960.

Comandante do 1.^o Grupamento de Engenharia.

Subdiretor da Reserva do Exército.

Diretor de Instrução do Exército.

Comandante da 3.^a Região Militar.

2.^o-Subchefe do Estado-Maior do Exército.

Diretor-Geral do Ensino.

Chefe do Departamento de Produção e Obras.

Comandante da Escola Superior de Guerra, atualmente.

Condecorações

Cruz de Combate de 2.^a Classe.

Medalha de Campanha da Força Expedicionária Brasileira.

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar.

Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico.

Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval.

Medalha de 40 anos de Serviços Militares — Passador de Platina.

Medalha de Guerra.

Medalha Marechal Hermes — Aplicação e Estudo (2 coroas).

Medalha do Pacificador.

Medalha da Junta Interamericana de Defesa.

Medalha "Bronze Star", dos Estados Unidos da América.

Mérito Militar, de Portugal.

Mérito Ayacucho, do Peru.

Grande Medalha da Inconfidência.

Medalha da "Legion of Merit", dos Estados Unidos da América.

Medalha de Serviços Distintos da Magistratura.

Trabalhos

Estudos sobre assuntos militares em "A Defesa Nacional" e no "Mensário de Cultura Militar".

Artigos sobre assuntos históricos e bibliográficos na "Revista do Livro" e em jornais e revistas do Rio.

Conferências na Escola Superior de Guerra, de 1958 a 1960, sobre:

— Logística Militar

— Integração das Forças Armadas

— Poder Nacional

— Doutrina Militar

— Estratégia Militar

— Guerra Revolucionária

Aula Inaugural do IME, 1967.

Conferências na Escola Superior de Guerra, em 1968 e 1969, sobre a História da Escola.

Cursos

— Escola Militar de Realengo.

— Centro de Instrução de Transmissões.

— Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

— Escola de Estado-Maior do Exército.

— "Engineer School", do Exército EEUU.

— Curso de Bibliografia Brasileira.

— Curso Superior de Guerra.

Comissões

— Instrutor da Escola Militar Provisória, da Escola Militar de Realengo, da Escola das Armas e da Escola de Estado-Maior do Exército.

— Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, nas Administrações Canrobert e Lott.

— Adjunto e Chefe de Seção do Estado-Maior da FEB, na Campanha da Itália.

— Adjunto do Adido Militar, em Washington.

— Delegado do Brasil na Junta Interamericana de Defesa e na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, em Washington.

— Adjunto da 2.^a Seção do Estado-Maior do Exército.

— Chefe de Gabinete da Diretoria Geral de Engenharia.

— Comandante do 5.^o Batalhão de Engenharia de Combate e do 2.^o Batalhão Rodoviário.

— Chefe de Comissões de Construção de Estradas de Ferro e de Rodagem.

— Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (1958-1960).

— Diretor do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) — 1960.

— Comandante do 1.^o Grupamento de Engenharia.

- Subdiretor da Reserva do Exército.
- Diretor de Instrução do Exército.
- Comandante da 3.^a Região Militar.
- 2.^o Subchefe do Estado-Maior do Exército.
- Diretor-Geral do Ensino.
- Chefe do Departamento de Produção e Obras.
- Atualmente, Comandante da Escola Superior de Guerra.

Condecorações

- Cruz de Combate de 2.^a Classe.
- Medalha de Campanha da FEB.
- Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar.
- Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.
- Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico.
- Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval.
- Medalha de 40 anos de Serviços Militares — Passador de Platina.
- Medalha de Guerra.
- Medalha Marechal Hermes — Aplicação e Estudo (2 coroas).
- Medalha do Pacificador.
- Medalha da Junta Interamericana de Defesa.
- Medalha "Bronze Star", dos EEUU.
- Mérito Militar, de Portugal.
- Mérito Ayacucho, do Peru.
- Grande Medalha da Inconfidência.
- Medalha da "Legion of Merit", dos EEUU.
- Medalha de Serviços Distintos da Magistratura.

Trabalhos

- Estudos sobre assuntos militares em "A Defesa Nacional" e

no "Mensário de Cultura Militar".

- Artigos sobre assuntos históricos e bibliográficos na "Revista do Livro" e em jornais e revistas do Rio.
- Conferências na Escola Superior de Guerra, de 1958 a 1960, sobre:
 - Logística Militar.
 - Integração das Forças Armadas.
 - Poder Nacional.
 - Doutrina Militar.
 - Estratégia Militar.
 - Guerra Revolucionária.
- Aula Inaugural do IME, 1967.
- Conferências na Escola Superior de Guerra, em 1968 e 1969, sobre a História da Escola.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

PARECER

PARECER

N.º 6, DE 1971

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 44, de 1970 (número 2.105-B/70, na Câmara), que atribui competência residual à Justiça do Trabalho para o processamento e julgamento das ações trabalhistas propostas contra a União, autarquias e empresas públicas federais, ajuizadas até 29 de outubro de 1969.

Relator do Vencido: Sr. Eurico Rezende.

Veio conduzido a esta Casa projeto de lei, aprovado pela Câmara dos Deputados, atribuindo competência residual à Justiça do Trabalho, para processar e julgar as ações trabalhistas propostas contra a União, autarquias e empresas públicas federais, ajuizadas até 29 de outubro de 1969.

Em virtude de parecer assentado na Comissão de Legislação Social, foi solicitada audiência da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Designado Relator, o ilustre Senador Nelson Carneiro ofereceu parecer concluindo pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

A maioria da Comissão, porém, não acolheu, justificadamente, o ponto de vista em referência.

Com efeito, os arts. 110 e 125, L, da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, fixaram, rigidamente, a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento das causas mencionadas no projeto.

Tal competência, assim, é incindível e, por via de consequência, não existe, na espécie, permissão para a inclusão de cláusula residual.

Isto pôsto, a Comissão de Constituição e Justiça considera o projeto inconstitucional.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1971. — **Daniel Krieger**, Presidente — **Eurico Rezende**, Relator — **Wilson Gonçalves** — **Helvídio Nunes** — **Heitor Dias** — **Antônio Carlos** — **José Lindoso**.

VOTO VENCIDO

Senador Nelson Carneiro

Em 25 de setembro de 1970, a Câmara dos Deputados aprovou redação final dada ao Projeto n.º 2.105, de 1970, de autoria do nobre Deputado Amaral de Souza, que visava a excluir da competência da Justiça Federal o julgamento e a execução das ações trabalhistas propostas contra a União, autarquias e empresas públicas, e ajuizadas até 29 de outubro de 1969, data em que passou a vigorar a atual Emenda Constitucional n.º 1, outorgada pela Junta Militar. Ao oferecer sua proposição, o ilustre representante sul-rio-grandense assinou que "a nova competência trouxe entraves sérios. A Justiça Federal não está aparelhada para receber todo o acervo de reclamações trabalhistas contra as autarquias e sociedades públicas federais. O congestionamento dos feitos já é uma realidade alarmante. O que a Justiça do Trabalho fazia em dois meses no atendimento do fluxo processual de cada feito de tal natureza, a Justiça Federal só poderá cumprir em mais de um ano". Na Comissão de

Constituição e Justiça, o então Deputado José Lindoso acentuou, em seu lúcido parecer, a procedência daquelas considerações. Na Comissão de Legislação Social, o ilustre Deputado Elias do Carmo, em seu judicioso pronunciamento, endossa aquelas considerações e ajunta, com propriedade: — "E com a grande participação do Estado no domínio econômico, através de autarquias e empresas públicas, é de se concluir que é realmente enorme o número de feitos trabalhistas que se amontoam nos cartórios à espera de solução. É necessário que o legislador ordinário venha a fornecer meios para a aplicabilidade do preceito constitucional, fazendo-o funcionar como pretendeu o constituinte, isto é, em benefício da coletividade".

Nesta Casa, a douta Comissão de Legislação Social acolheu parecer do nobre Senador José Leite, solicitando a prévia audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

As cartas constitucionais, outorgadas padecem de erros semelhantes ao que ressalta do relatório feito. Falta-lhes o debate parlamentar, o batelamento das opiniões, a palavra das classes interessadas, a crítica dos entendidos, a ponderação dos que se preocupam com a boa aplicação das leis. Obras de força, esbarrondam-se a cada passo com a realidade nacional.

O projeto procura atenuar o erro da Emenda Constitucional, livrando da inevitável lentidão da Justiça Federal, sobrecarregada com tantas competências, os feitos trabalhistas ajuizados até 29 de outubro de 1969. Não há como recusar aplausos à iniciativa do nobre Deputado Amaral de Souza, que atendeu, com elogiável solicitude, "à grita geral de todos os Estados e à promoção do II Congresso dos Advogados Gaúchos". Isso, quanto ao mérito, eis que, no referente à constitucionalidade, nenhuma dúvida existe, como bem ressaltou na Câmara dos Deputados, quando ainda a integrava, nosso ilustre colega, Senador José Lindoso.

Se não se tivesse criado a mística da intangibilidade de um documento autoritário, sem pés na realidade nacional, caso seria desta Comissão, aci-

ma de divergências partidárias, tomar a iniciativa de emenda constitucional, que revise o malsinado e mal-avisado art. 110 da Emenda Constitucional n.º 1, sob pena de se agravarem, no decorrer dos dias, as dificuldades que marcam atualmente litígios trabalhistas, num país em que a União, as autarquias e empresas públicas ampliam sempre mais o raio de sua ação.

O projeto tinha de ser, por impedimento constitucional, limitado. Mas as causas que justificaram sua aprovação na Câmara dos Deputados, e certo o farão nesta Casa, não ficam corrigidas senão para os feitos ajuizados até 29 de outubro de 1969. Com essa meia medida, única possível nas atuais circunstâncias, perdem todos, mas sobretudo perde a harmonia entre os patrões privilegiados e os trabalhadores espalhados do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que, neste ano de cinquentenário da "Oração aos Moços", sentem na carne a verdade dessa apóstrofe de Ruy Barbosa, que já agora não alcança juizes remançosos, mas o texto constitucional desatento ao interesse da coletividade: — "Mas justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito escrito das partes e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade. Os juizes tardinhos são culpados, que a lassidão comum vai tolerando. Mas sua culpa tresdobra com a terrível agravante de que o lesado não tem meio de reagir contra o delinqüente poderoso, em cujas mãos jaz a sorte do litígio pendente". Agora, a tardança, o desespero, o descrédito na solução judiciária, a revolta das injustiças não correm à culpa do magistrado, mas de quem retirou da Justiça própria o processo e o julgamento das divergências surgidas na área trabalhista.

O projeto, quando convertido em lei, terá efeitos reduzidos, mas nem por isso desprezíveis. Serve, entretanto, para convocar Executivo e Legislativo a estudar o restabelecimento da situação anterior, que melhor condizia com a preocupação de resguardar o direito de empregados e empregadores.

Constitucional e jurídico, o projeto merece aprovação.

OFÍCIO

DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, COMO SEGUE:

Brasília-DF, 14 de abril de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei o Sr. Altino Vilaronga de Pinho, Subchefe do Gabinete desta Presidência nesta Capital, para acompanhar nessa egrégia Casa do Congresso Nacional, a tramitação dos projetos de lei sobre assuntos da alçada deste Banco e do Conselho Monetário Nacional.

Informo, outrossim, que oportunamente indicarei um substituto eventual para o Sr. Vilaronga.

Muito apreciarei o obséquio das determinações de Vossa Excelência no sentido de credenciar o nosso representante para o desempenho de sua missão.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha estima e consideração. — Ernane Galvêas, Presidente.

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA N.º 2, DE 1971

Em 20 de abril de 1971

Eleição e posse:

- do Sr. Edmundo Fafá, Presidente da Câmara Municipal de Afonso Cláudio — ES, comunicando a posse da nova Mesa;
- do Sr. Milton Travallia, Presidente da Câmara Municipal de Castelo — ES, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
- do Sr. Santinho André, para a Prefeitura de Silva Jardim — RJ;
- do Sr. João Esio Caldara, para Prefeito de Petrópolis — RJ;
- do Sr. Christovam Barcelos, 1.º Secretário da Câmara Municipal de Macaé — RJ, comuni-

- cando a eleição da Mesa Diretora;
- do Sr. Rubens Pinheiro de Moraes, Presidente da Federação Nacional dos Estivadores — GB, comunicando a eleição da Diretoria;
 - do Sr. Dr. Josemar Bartolomeu de Lima Dantas, comunicando a posse da Comissão Executiva que dirigirá os trabalhos da Câmara Municipal de Paraíba do Sul — RJ;
 - do Sr. Elias Abbud, Presidente da Câmara Municipal de Itaocara — RJ, comunicando a posse da nova Mesa;
 - do Sr. Elias Abrahão, Presidente da Câmara Municipal de Trajano de Moraes — RJ, comunicando a eleição da nova Mesa;
 - do Sr. Adhemar Martins Ribeiro, para Prefeito de Laje de Muriaé — RJ;
 - do Sr. Alayr Moreira Dias, para Prefeito de São João de Meriti — RJ;
 - do Sr. Benedito Machado da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Rio das Flores — RJ, comunicando a posse da Mesa Diretora;
 - do Sr. Osmar Leal Christiano, 1.º-Secretário da Câmara Municipal de Valença — RJ, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
 - do Sr. José Hamilton Ramos Nogueira, Presidente da Câmara Municipal de Guaraçai — SP, comunicando a eleição da nova Mesa;
 - do Sr. Marcelino Romano Machado, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP, comunicando a posse da nova Mesa;
 - do Sr. Avelino Casa Grandi, Presidente da Câmara Municipal de Cosmorama — SP, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
 - do Sr. Anísio Ribeiro, para a Prefeitura de Bom Jesus da Lapa — SP;
 - do Sr. Antonio de Pádua Fortes Azevedo, Presidente da Câmara Municipal de Guaratinguetá — SP, comunicando a posse da Mesa Diretora;
 - do Sr. Vereador Leozino Dias Campos, Presidente da Câmara Municipal de Guaira — SP, comunicando a eleição e posse da Mesa Diretora.
 - do Sr. Ataíde Venâncio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Narandiba — SP, comunicando a eleição da nova Mesa;
 - do Sr. Antônio Bernardi Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Billac — SP, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
 - do Sr. Júlio Antônio Mori, Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos — SP, comunicando a posse da Mesa Diretora;
 - do Sr. Adolpho Engrácia Bartisch, Presidente da Câmara Municipal de Tupã — SP, comunicando a posse da nova Mesa;
 - do Sr. João Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Andradina — SP, comunicando a eleição da Mesa;
 - do Sr. Paulo Zanelato, Presidente da Câmara Municipal de Indiana — SP, comunicando a posse da Mesa Diretora;
 - do Sr. Jorge Rabelo, Presidente da Câmara Municipal de Redenção da Serra — SP, comunicando a eleição e posse da nova Mesa;
 - do Sr. Marcelino Romano Machado, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP, comunicando a posse da nova Mesa;
 - do Sr. José Chamas, Presidente da Câmara de Macauba — SP, comunicando a posse da Mesa Diretora;
 - do Sr. Pedro de Paiva, Presidente da Câmara Municipal de Altônia — PR, comunicando a eleição e posse da Mesa;
 - do Sr. Francisco C.A. Wolff, Presidente da Câmara Municipal de Araruna — PR, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
 - do Sr. Jorge Luiz Buechler, Presidente da Comissão Organizadora de Exposições de Blumenau — SC, comunicando a nova Diretoria;
 - do Sr. José Furian, Presidente da Câmara Municipal de Pajuçara — RS, comunicando a posse da Mesa Diretora;
 - do Sr. Deputado Solano Borges, Presidente da Assembléia Legislativa de Porto Alegre — RS, comunicando a eleição da nova Mesa;
 - do Sr. Wilson Ernesto Delapieve, Presidente da Câmara Municipal de Santiago — RS, comunicando a posse da Mesa Diretora;
 - do Sr. Milton Gomes da Mota, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Juscelino — MG, comunicando a posse da Mesa;
 - do Sr. Pedro João Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Abaeté — MG, comunicando a posse da Mesa;
 - do Sr. Geraldo Martins de Andrade, para Prefeitura de Engenheiro Caldas — MG;
 - da Sra. Ana Pereira de Souza, Secretária da Câmara Municipal de Formoso — MG, comunicando a eleição e posse dos Srs. José Botelho de Castro e Wanderlino Almeida Ornelas, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito;
 - do Sr. Peri Ferreira de Melo, para Prefeito de Araújo — MG;
 - do Sr. Jesualdo Manoel Pereira, para a Prefeitura de Dona Euzébia — MG;

- do Sr. Edison Marques, para a Prefeitura de Itumirim — MG;
- do Sr. Manoel Heitor da Costa, para Prefeitura de Itanhomi — MG;
- do Sr. José da Silva Brandão, para a Prefeitura de São Gonçalo do Abaeté — MG;
- do Sr. Geraldo Gomes, para a Prefeitura de Brásópolis — MG;
- do Sr. Silvio Benedito Noronha, Presidente da Câmara Municipal de Brásópolis — MG, comunicando a posse da Mesa Diretora;
- do Sr. Manoel Jovino Filho, Presidente da Câmara Municipal de São Romão — MG, comunicando a posse da nova Mesa;
- do Sr. Jovino Paulino, Presidente da Câmara Municipal de Rio Acima — MG, comunicando a posse da Mesa Diretora;
- do Sr. Gerson Rodrigues Guimarães, Secretário da Câmara Municipal de Engenheiro Caldas — MG, comunicando a eleição da Mesa;
- do Sr. Sebastião Lopes Canuto, para Prefeitura de Felício dos Santos — MG;
- do Sr. João Crepaldi, para Prefeitura de Barão de Cocais — MG;
- do Sr. José Gomes de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Pirapora — MG, comunicando a posse da nova Mesa;
- do Sr. Roque das Mercês Carneiro, para a Prefeitura de São Romão — MG;
- do Sr. Celso Luiz Ferreira Bancelê, Presidente da Câmara Municipal de Taquaraçu de Minas — MG, comunicando a posse da nova Mesa;
- do Sr. João Batista Goularte, Presidente da Câmara Municipal de Lavras — MG, comunicando que foram empossados os novos Vereadores eleitos em 1971;
- do Sr. João Ferreira Souto, Presidente da Câmara Municipal de Águas Vermelhas — MG; comunicando a posse da Mesa Diretora;
- do Sr. Antônio Miguel de Faria, para a Prefeitura de São Roque de Minas — MG;
- do Sr. Jonas Romualdo da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vargem Bonita — MG; comunicando a posse da Mesa Diretora, do Sr. Prefeito e Vice-Prefeito;
- do Sr. Geraldo Rodrigues Goulart, para a Prefeitura de Santana de Pirapama — MG;
- Denizar Veloso Santos, para a Prefeitura de São João da Ponte — MG;
- do Sr. Abel Gonçalves da Fonseca, para a Prefeitura de Presidente Juscelino — MG;
- do Sr. Antônio Ferreira de Aguiar e Sá, para Prefeito de Couto de Magalhães de Minas;
- do Sr. Sebastião Mendes Barros, para a Prefeitura de Governador Valadares — MG;
- do Sr. Valdir Rodrigues dos Reis, Secretário da Câmara Municipal de Serra da Saudade — MG, enviando cópias das posses de Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito;
- do Sr. José Godinho Sobrinho, para a Prefeitura de Água Boa — MG;
- do Sr. Darci de Souza Lima, para a Prefeitura de Ipatinga — MG;
- do Sr. Odilon Neves, Secretário da Câmara Municipal de Araguari — MG, comunicando a posse da nova Mesa;
- do Sr. José Hosken, para a Prefeitura de Faria Lemos — MG;
- do Sr. Cherubino Andreia Vecchi, para a Prefeitura de Pratinha — MG;
- do Sr. Luiz Brant Horta, para a Prefeitura de Coronel Pacheco — MG;
- do Sr. Obed Ribeiro, para a Prefeitura Municipal de Conceição de Ipanema — MG;
- do Sr. Luís Bartolomeu de Assis, para a Prefeitura de Laminim — MG;
- do Sr. Antonio Eustáchio Tolentino, para a Prefeitura de Porteirinha — MG;
- do Sr. João Baptista Cilli, para a Prefeitura de Arceburgo — MG;
- do Sr. Mário Ferreira da Fonseca, para a Prefeitura de Maripá de Minas — MG;
- do Sr. José Vieira Magalhães, para a Prefeitura de Taquaraçu de Minas — MG;
- do Sr. Geraldo Francisco Soares, Presidente da Câmara Municipal de Corinto — MG, comunicando a posse da nova Mesa;
- do Sr. Deusdede Ribeiro de Almeida, para a Prefeitura de Serra da Saudade — MG;
- do Sr. Carlos Ferreira Motta, para a Prefeitura de Olaria — MG;
- do Sr. José Hildo Vilela, para a Prefeitura de São Tomé das Letras — MG;
- do Sr. Silvio Vitoi, para a Prefeitura de Argirita — MG;
- do Sr. Isaías Galvão, para a Prefeitura de Águas Vermelhas — MG;
- do Sr. José Lôbo Sobrinho, para a Prefeitura de Jeceaba — MG;
- do Sr. Oswaldo Olivoto Ardisson, Presidente da Câmara Municipal de Três Pontas — MG, comunicando a posse da nova Mesa;
- do Sr. Amâncio Pereira Caixeta, Presidente da Câmara Municipal de Machado — MG, comunicando a posse da Mesa Diretora;
- do Sr. Antero Dias da Rocha, para a Prefeitura de Guarará — MG;

- do Sr. Ruy Fonseca, para a Prefeitura de Santa Rita de Ibitipoca — MG;
- do Sr. Ernani Olímpio Pessoa, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima — MG, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
- do Sr. Braz Grillo, para a Prefeitura de Espera Feliz — MG;
- do Sr. Onesio Pereira Nunes, para a Prefeitura de Guimarães — MG;
- do Sr. Antônio Franco Cesário, para a Prefeitura de Manhumirim — MG;
- do Sr. Flaviano Pereira, para a Prefeitura Municipal de Pira-pora — MG;
- do Sr. Vicente José Ferreira, para a Prefeitura de Santa Rosa da Serra — MG;
- do Sr. Patrocínio Pinheiro de Souza, para a Prefeitura de Francisco Badaró;
- do Sr. Henrique Fernandes Campos, para a Prefeitura Municipal de Rio Vermelho — MG;
- do Sr. José da Silva Martins, para a Prefeitura de Cristiano Castro — PI;
- do Sr. José Jorge Chein, para a Prefeitura de Anicuns — GO.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Expediente que acaba de ser lido irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 30, DE 1971

Nos termos do disposto no art. 370 do Regimento Interno, requero o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1969, que dispõe sobre as exigências referentes à prevenção e combate contra incêndios nos edifícios do Distrito Federal, e dá outras

providências, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1971. — **Adalberto Sena.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia, de acordo com o que dispõe o art. 280, número 1, letra c, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Comunico ao Plenário que esta Presidência, ouvidas a Mesa da Câmara e as Lideranças de ambas as Casas do Congresso, resolveu adiar para o próximo dia 27, às 21 horas, a Sessão Conjunta anteriormente convocada para o dia 20 à mesma hora e destinada à discussão dos seguintes Projetos de Decretos Legislativos:

N.º 15/70 (CN), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.131, de 30-10-70, que declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art. 15, § 1.º, alínea b, da Constituição, os municípios que especifica e dá outras providências;

N.º 16/70 (CN), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.132, de 13-11-70, que prorroga o prazo de que trata o art. 1.º do Decreto-lei n.º 46, de 18-11-66;

N.º 17/70 (CN), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.133, de 16-11-70, que altera a legislação do imposto sobre produtos industrializados;

N.º 18/70 (CN), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.134, de 16-11-70, que altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Na Sessão de 15 do corrente, foi aprovado requerimento do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a designação de uma Comissão Especial Externa para representar o Senado nas cerimônias de transladação dos restos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, a serem realizadas em Petrópolis, Estado do Rio, nos próximos dias 12 e 13 de maio.

Para comporem a Comissão, indico os Srs. Senadores Vasconcelos Torres, Amaral Peixoto e Paulo Tôrres.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Na conformidade do requeri-

mento aprovado por este Plenário, o Expediente desta Sessão destina-se à comemoração do XI aniversário de Brasília.

Concedo a palavra, para falar em nome da ARENA e da Mesa Diretora, ao Sr. Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, eis que o Senado da República dedica este início do seu expediente à comemoração do aniversário de Brasília.

Tudo simples, sem fanfarras, sem rojões, porque lá fora, neste ano, somente as bandeiras festivas, perfiladas ao longo dos caminhos, anunciam a efeméride.

Entretanto, assim, irresistivelmente, impulsivamente, como que brotando de recôndita ternura, temos necessidade de dizer alguma coisa sobre a data.

Nem importa muito o que se diga. Não importa a repetição e até mesmo os lugares comuns. As palavras em instantes assim ornem-se da semântica das emoções. Não são as palavras que têm força, mas o instante que as enseja. Nos impulsos do amor, de um reencontro ou de uma despedida, tanto se repetem e nunca se desgastam as expressões que se fazem novas e se revigoram na força emocional da hora vivida.

Ora, quem se lembraria de festejar um simples aniversário de Porto Alegre, de São Paulo, de Salvador ou de Natal? Mas, de Brasília, sim. Por que?

Tenho vontade de fazer uma comparação, um tanto pobre, mas procedente. Os homens maduros já não se importam com o seu natalício. Até gostariam de ignorá-lo e quanta humanidade vai nessa ingênua ilusão. Porém, imaginemos a crueldade de esquecer o aniversário de uma criança. Há qualquer coisa de semelhante com a Capital nascente.

A agitação que envolve o mundo está presente no Planalto. A dinâmica atroz do nosso tempo envelhece tudo em poucas horas. E nós esquecemos, por isso, que Brasília é uma cidade criança — que ela é destes dias. Pois é precisamente aí que deve começar toda a imensidão de apreciações que

podemos e devemos tecer em torno de suas realidades.

Não obstante, é esta uma questão curiosamente privativa e privativa porque nem todos são sensíveis a ela.

Não creio, a esta altura, que a nossa aniversariante se importe muito com o que dela se diga. Mas importa, isto sim, o que se pode dizer dela.

Inútilmente nos cansariamos de ouvir a repetição diuturna dos elogios candentes, por vezes prefabricados, dos que aqui chegam, e as exclamações de tédio nas reações que os sucedem.

Não são essas opiniões que interessam. No julgamento da aniversariante, despreza-se qualquer improviso ou aqodamento, para valorizar-se apenas os conceitos que se sintetizam na força da razão e do sentimento.

Qualquer brasileiro de inteligência e sensibilidade, capaz de perscrutar o sentido dos fatos, não importa conhecer ou não conhecer Brasília, éle a compreenderá como evento de profunda transfiguração da vida nacional. Mas, se essa inteligência e essa sensibilidade se demorarem no homem que aqui vive, então a compreensão se engrandece no maravilhoso mistério das "dualidades consubstanciais".

Assim penso porque sobre Brasília somente devemos referir-nos em profundidade. Além dos olhos, há o que vislumbrar mesmo sem olhos.

Para falarmos de Brasília no seu décimo primeiro aniversário é bom refletirmos sobre a gigantesca, gloriosa e empolgante fase da nossa posse territorial.

A mística de um povo, tão necessária à sua sobrevivência, alimenta-se da rememoração contínua dos seus feitos maiores e por isso entendo que os que ensinam, os que dispõem as gerações para a vida, têm de ter em si, abundante, a consciência da história, para transmiti-la com fervor, na conservação, sem intermitências, da personalidade nacional.

O que se realiza hoje no Brasil em arremetidas grandiosas e fascinantes é uma retomada de audazes conquistas pretéritas.

Pensemos na epopéia empolgante das Bandeiras.

Hoje, quando o Brasil desvenda-se a si mesmo, rasgando extensões como se dilatasse artérias para que o sangue vivificante da Nação escorra em haustos de trabalho, alimento, educação, saúde, integração, prosperidade e paz, constataremos que é a marcha de um povo redescobrimdo caminhos antes somente palmilhados pelo destemor e pela fé, alimentado outros homens que ignoraram a agressão do desconhecido para instalar no ventre continental os marcos da nossa civilização.

O século XVII marca a consciência nacional brasileira na simultaneidade de duas expressões daquela vontade que, nos apercebamos ou não, está viva e presidindo pelo menos o subconsciente brasileiro dos nossos dias. Num rumo, a dilatação da área territorial da grande Pátria, e, noutro, a sua preservação contra a invasão holandesa.

Que semelhança impressionante encontramos no século XX, quando, simultaneamente também, batalha o Brasil, num rumo, alargando o campo de vida às populações há tanto esquecidas, e, noutro, combatendo a arremetida da traição que, vindo das estepes, se instalou, como um quisto infame, no seu próprio seio.

No itinerário das Bandeiras e das Entradas implantavam-se cidades. E as cidades geravam cidades, transformando-se cada uma em fulcro de novas investidas.

Sant'Ana da Parnaíba fazia-se princípio de Itu, de Jundiá, das cidades paulistas no caminho do sertão. Belém do Pará começava a conquista da Amazônia. Curupá era o centro de penetração do Rio-Mar.

Pelos rios interiores, o cortejo das monções faz nascer Cuiabá e põe sentinelas nas distâncias inacreditáveis. O forte de Coimbra é um baluarte, desconfiando dos silêncios, dos pantanais, de aguras vindouras. No Norte, no Nordeste, no Oeste, no Planalto, a conquista escreve roteiros que apagam as narrativas da mitologia grega.

Os episódios audazes na amplidão selvagem vão repetir-se no Sul. O rio

Negro, o Guaporé, o Tocantins, o Mamoré, misturam suas águas, no espírito sertanista, com a lagoa dos Patos, com o rio da Prata...

Era a conquista, ontem. Hoje a canoa e a junta de bois têm outros nomes, mas o espírito que conduziu a bravura de outrora está presente no que têm de épico as construções de hoje.

Pois é refletindo sobre o passado que o nosso pensamento se volta intensamente para o sentido de Brasília como fator de integração e irradição. E mais: como razão histórica de uma retomada sem limites no tempo e no espaço.

Primeiro, o alento que trouxe e que é a força imantadora de todas as investidas. Depois, as conseqüências que o seguiram, insopitáveis, galvanizadoras, explosivas: Pelo asfalto acelerar-se a circulação do homem, da saúde, da educação, da prosperidade, da riqueza.

Brasília—Belém. Brasília—Acre.

Transamazônica. Sínteses.

Ontem, inegavelmente, havia a sedução do ouro como motivação para os avanços da posse, sem que isso reduza a grandeza das conquistas.

Hoje, o homem é a riqueza procurada que impulsiona os bandeirantes do nosso tempo, de pensamento novo, na imanência de largos sonhos.

Mas é em Brasília que se instala o ninho das águias, donde alçam vôo na conquista da terra entranhada no homem.

Brasília é, antes de mais nada, isto.

E é sobre isto que nenhum brasileiro pode deixar de refletir, minuto a minuto.

Brasília venceu o caapora que estava no espírito dos que obstavam o seu evento.

Brasília agora ri dos juruparis, espíritos maus dos insultos e das injúrias, como zomba dos sacis-pererês motejadores, que em vão tentaram desanimar a alma desbravadora.

Brasília cumpre, simultaneamente, dois destinos, o primeiro dos quais depende do seu desenvolvimento co-

mo cidade e como Capital nacional. Desde o seu primeiro dia, vem ela incentivando os sertões pela força psicológica da sua presença, no testemunho formidável do ânimo que gerou em toda a vastidão de regiões adormecidas, traduzido em impulsos e obras que ela estimulou.

Brasília trazia, congênita, a prova da capacidade e do gênio brasileiros, sepultando quaisquer resquícios do complexo de inferioridade que sempre se instila, corrosivo, no subconsciente espezinado dos povos subdesenvolvidos.

Mas, há um segundo destino, o da sua expansão e esta abrange toda a sedutora complexidade de uma comunidade nova fundindo-se em novas expressões.

Nada ainda é definido porque essa definição anímica somente será possível quando as gerações daqui originárias fizerem sentir, no comportamento social, o resultado de uma consolidação que estamos a pressentir sem avançar prognósticos.

Somente essas gerações responderão às indagações do presente. Por ora, elas simplesmente crescem, des preocupadas com a definição que carregam em si mesmas.

Apenas nos perguntamos até onde persistirá ou influirá a herança que nós, os mais velhos, trouxemos da nossa origem, sabendo, porém, que ela se diluirá no tempo para que se descortine e se expresse a comunidade que se vislumbra com distinta participação na complexidade brasileira.

Hoje Brasília é ainda o grande laboratório onde turbilhonam diferenciações e contrastes, curiosidades e resistências, tédios e imprecações, dúvidas e nostalgias, juntamente com o deslumbramento de intuitivas percepções, extravasando-se em ação construtiva.

As gerações que vieram para Brasília agitam-se e atuam envoltas ainda num círculo interpretativo.

Vejo o artesão da madeira a descobrir processos de reação contra os excessos climáticos.

Vejo o arquiteto saciando sua imaginação criadora em formas novas e ambientais.

Vejo o urbanista a sintonizar traçados caprichosos com a carga impressionante de um tráfego ilimitado.

Vejo o artista a desvendar a alma das coisas, auscultando o mistério de cada mensagem que vai encontrando na apoteose de crepúsculos esmagadores ou na policromia dos ipês e das quaresmeiras bordando a extensão do cerrado.

Vejo o político, postado no centro geométrico da carta geográfica, com uma visão nova, a descobrir as conotações históricas, as soluções longamente omitidas, a necessidade urgente de uma ação estratégica, na prioritária investida da integração de todos ao esforço nacional.

Vejo o sociólogo perplexo diante de uma fenomenologia aplastrante, interpretando os elementos que concorrem na comunidade em formação, submetendo-se à ação poderosa de um formidável redutor, trabalhando continuamente na definição do grande estuário social.

Vejo o funcionário público espantando o bolor que o fazia um refratário a qualquer reforma, com uma atitude nova em face das relações governo-povo, na fatalidade das distâncias.

Indiferente a tudo, porém, nasce e cresce o grande fator da consolidação e da integração de Brasília em si mesma.

É o homem que aqui se formará. Ele não depende e não dependerá de interpretações porque traz consigo, desde o berço, a estrutura que direi ontológica, o espírito todo que vem de multiformes convergências para compor-lhe a alma. Ser no ser. Alma na alma.

Em resumo, se queremos pressentir o que será Brasília, basta determo-nos a contemplar todo o prenúncio brilhando no sorriso de suas crianças.

Ora, com estas anotações que o aniversário de Brasília nos inspira, pergunto se ainda persiste qualquer razão para comentá-la com estreiteza,

perdidos em observações que pertencem ao transitório.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Um momento, Excelência.

Hoje, pois, ao comemorar este aniversário, na simplicidade de uma passagem ligeira pela tribuna, nossa palavra, desalinhada e imprecisa, quem sabe, se dirige à Capital dos Tempos Novos com um sentido de saudação feita de raciocínio e sentimento.

E nós lhe dizemos que, para compreendê-la, senti-la e amá-la, em tudo nela nos integramos, buscando no esforço da cooperação o espírito que animou os desbravadores de antanho.

Que ela repouse na segurança desta determinação, que não é feita do conforto cinzento e monótono dos expedientes de rotina, mas do ardor de homens que aspiram pelo menos um lugar de saudade no coração das gerações que consolidarão Brasília na senda do seu glorioso destino.

Concedo o aparte que me solicitou o nobre Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Guido Mondin, V. Exa., com a alma de artista e com aquele ardor característico do homem do Sul, está, por certo, em nome da Casa, tributando a Brasília aquilo que vai na alma de cada um daqueles que, realmente, entendem Brasília como a Capital da Esperança, como a Capital da integração nacional. E, de minha parte, em nome do povo de Goiás, que represento nesta Casa, congratulo-me com V. Exa. pela felicidade e pela oportunidade com que vem discursando sobre o aniversário de nossa querida Capital. Meu Estado tinha que estar presente a esta homenagem porque foi ele, sem dúvida, aquele que teve a felicidade de hospedar a nova Capital da República e, por consequência, de ser o maior beneficiário dessa integração. Eu, de minha parte, como homem do interior, de um modo particular quero dizer a V. Exa. de minha felicidade em aqui estar, nesta oportunidade, participando, com um aparte, da homenagem que V. Exa. presta. Entendo que é motivo de re-

gozijo para a minha geração, para a nossa geração, verificar que o Brasil realmente despertou, que o Brasil tomou consciência de que ele é, antes de tudo e sobretudo, País amazônico, e já era tempo de estar aqui no Planalto com as vistas voltadas para a Amazônia, relegando aquela tradição tão pernicioso para o interesse nacional, daquele período em que o País foi dirigido com as vistas voltadas para o Atlântico. Parabéns a V. Exa. e parabéns a todos nós, por termos na palavra de V. Exa. esta homenagem à nova Capital do Brasil, nossa querida Brasília.

O SR. GUIDO MONDIN — Peço perdão ao eminente colega por não lhe ter dado, logo que pedido, o aparte que me solicitou. É que eu não podia perder o ritmo do que escrevi e, assim, preferi concluir o discurso, para então ouvir V. Exa.

Olhemos, caríssimos colegas, o mapa: então vemos que Brasília está toda dentro de Goiás. Goiás é um abraço permanente ao Distrito Federal.

Hoje vamos pedir licença aos goianos — e V. Exa. nos acompanhará neste pedido — para que Goiás abra um pouco os braços, para que possamos, alegres com esse 11.º aniversário, abraçar a pátria inteira e dela receber esse mesmo abraço.

Vejam V. Exas., venho de uma terra onde os homens são terrivelmente apegados à querência. Não importa que os do Rio Grande tenham um coração tão grande; há nêles tanta generosidade que cabem muitos amôres. Então, como admitir que possa haver traição no fato de amarmos Brasília, sem perdermos em nada o amor a nosso Estado de origem.

Por isto é que desejo, mais uma vez, no aniversário da Cidade-Céu, como tantos gostam de dizer, a Capital da Esperança, pedir licença de levantar meu brinde a Brasília, que tenho cantado tanto. Mas, chamo a atenção para este brinde: nele levanto uma taça e, dentro da taça, há vinho do Rio Grande. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA (Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nada me poderia mais honrar do que subscrever, em nome da liderança do MDB, o requerimento cuja aprovação foi anunciada por V. Exa. E tanto me comove essa delegação que não posso dissociar da exteriorização do nosso sentimento partidário a nota particularíssima, da minha emoção pessoal — da emoção de um dos muitos que na ininterrupta vivência e convivência de mais de uma década tão fundamente se radicaram a Brasília, pelo coração ou pelos interesses.

Confirmo que a História é principalmente uma obra de amor.

E, ao erguermos à nova Capital as hosiannas deste aniversário, mal saberíamos dizer, nós que fomos testemunhas de suas estréias, se o dia que passa é na realidade o de hoje ou um daqueles outros para os quais nos transportam as recordações ao contemplarmos através das distâncias os lances de trabalho e de técnica; de arrojo e brasilidade; de fé e de bravura, que se transfiguraram nesta maravilha do engenho brasileiro que foi, digam outros o que disserem, o primeiro marco de partida para interiorização da cultura e do desenvolvimento do Brasil. E quando dêles nos entrelembramos, é primordial, nesta homenagem, começemos por destacar os seus mentores e realizadores; êsses que ora nos reaparecem, tal como os sentíamos, então no esplendor da luz e na expressão da realidade: Dir-se-ia que estamos a divisar todas aquelas figuras a se moverem, no cenário agreste onde proeminava, dia e noite, a faina dos candangos, num desafio permanente às incompreensões dos céticos e aos vaticínios dos pessimistas.

No primeiro plano, o Presidente Juscelino Kubitschek, pela vocação pioneira e sempre pertinaz e incansável na idéia de promover por tal forma, o equilíbrio demográfico e econômico do País.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — Ainda bem que V. Exa. traz neste momento o nome do Presidente Juscelino Kubitschek à recordação nacional. Melhor diria, à recordação de todos nós, porque à recordação nacional ele estará sempre presente. Temos criado, no que diz respeito a Brasília, um curioso precedente: falamos no cristianismo sem Cristo, falamos em Brasília sem Juscelino Kubitschek de Oliveira. É impossível recordar Brasília, hoje e sempre, sem recordar o nome de Juscelino Kubitschek. V. Exa. lhe faz a justiça merecida.

O SR. ADALBERTO SENA — Essa justiça eu fiz por dever de brasileiro e com muito prazer.

Ao seu lado, Israel Pinheiro supervisionando tudo, com a sua admirável capacidade administrativa e planejadora; Lúcio Costa e Niemeyer, os técnicos por excelência, dando o máximo de sua inteligência criadora no esforço inaudito para que Brasília se tornasse uma capital contemporânea do futuro, afastando-se dos velhos modelos urbanísticos a ponto de ganhar "uma dimensão que deve ser vista a uma considerável distância de tempo; noutro plano, os grupos de funcionários e missionários atraídos pelo fascínio do empreendimento, a se esmerarem nas obras e instalações complementares: a NOVACAP, a coarçar a sua atuação multiforme com o lançamento das primeiras escolas primárias e da primeira biblioteca pública; os padres maristas e salesianos, a inaugurarem, com os seus colégios, a educação de grau médio; o inesquecível grupo da Caseb, aliado a professores de espírito pioneiro vindos de toda parte, a consolidar a obra educacional, assegurando a todos os benefícios do ensino oficial". Darci Ribeiro e Anísio Teixeira, a lançarem os fundamentos da Universidade, em moldes que haveriam de a tornar-se em um motivo do nosso orgulho de inovadores; a plêiade de médicos e enfermeiros a assistir as populações e a antecipar-se no estudo dos problemas do saneamento, atentos às condições regionais; afinal, escusando-me por não ser completo nesta enumeração, essa figura semilegendária de Bernardino Sayão, a quem foi confiada a "tarefa mais árdua do colossal em-

preendimento: a de romper com a sua presença e seu comando as resistências da mata virgem da Amazônia"; e que, não obstante havê-lo conseguido, na localidade de Açailândia, no Estado do Maranhão, caía, para sempre, ao solo sob o tronco da última árvore que mandara derrubar.

Mas, Senhores Senadores, não é este apenas um momento de recolhimento cívico para o culto de feitos e de pro-moções. É ainda o de meditação sobre o destino, do balanço das energias, do nosso esforço no presente, de nossas responsabilidades no porvir.

Finalmente, Brasília é uma tese dentro da economia nacional, mas uma tese que comporta e sempre comportou a antítese. Nós temos necessidade de reformular, em novas bases, aquele planejamento, para que não sofra a nossa cidade o efeito da sua própria contradição, que todos nós divisamos, com o evoluir dos tempos, na sua marcha para o progresso e para o futuro.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Pois não.

O Sr. Ruy Carneiro — Na exaltação que V. Ex.^a hoje faz à bela Capital que é Brasília, Capital sem igual no mundo, pois ela é única na sua arquitetura, na sua beleza, V. Ex.^a ouviu, como todo o Senado, o aparte do nosso nobre Líder, Senador Nelson Carneiro. S. Ex.^a era Deputado Federal, de maneira que não vem acompanhando a vida do Senado. Aqui, neste Plenário, nunca se exaltou Brasília sem citar o seu complemento, que é a figura extraordinária do grande Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Daí a razão por que, agora que nós temos a honra de contar com S. Ex.^a aqui, no nosso convívio, podemos dizer-lhe que nenhum pronunciamento feito, nesta Casa, sobre a bela Capital, sobre a nova Capital, tentou separar a figura extraordinária do grande presidente desenvolvimentista, Juscelino Kubitschek de Oliveira. V. Ex.^a sabe, Sr. Senador Adalberto SENA, que sou homem do sertão da Paraíba e quero pedir a V. Ex.^a para, sem demagogia, salientar, também, na

sua bela oração, a figura dos candangos, aqueles que, na realidade, vieram trabalhar a terra, nesta obra ciclópica, que foi a construção de Brasília: o homem do Piauí, o homem do Maranhão, o homem do Ceará, o homem do Rio Grande do Norte, o homem da Paraíba, o homem das Alagoas, o homem de Sergipe, o homem de Pernambuco, para citar apenas o operariado da nossa pobre região.

Eles representaram, indiscutivelmente, papel preponderante nesta obra e, por isso mesmo, Juscelino Kubitschek de Oliveira, com o seu espírito acentuado de justiça, sempre os exaltou de maneira admirável. Quero solidarizar-me com V. Ex.^a — Era dispensável que o ficasse porque somos da mesma bancada, moramos em Brasília e sentimos felicidade em ver que desta Capital, deste pedaço da América do Sul, Dom Bosco fez a previsão de que aqui, no futuro, será o centro da civilização ocidental. Nós, particularmente, estamos recebendo os maiores benefícios, porque, como disse o representante de Goiás, é daqui que se irradiam a civilização e o progresso para o resto do Brasil, sobretudo para o interior. Meus parabéns a V. Ex.^a pelo magnífico discurso que está proferindo, na exaltação à bela e nova Capital, Brasília.

O SR. ADALBERTO SENA — Agradeço, de coração, o relêvo que V. Ex.^a acaba de dar à referência que, quando descrevia aquele quadro que se me debuxa na memória, eu fizera dos candangos.

Essa referência foi breve, como todas as outras, mas devo dizer a V. Ex.^a que fiz questão de mencioná-la em primeiro lugar, para que, nesse quando, aquela faina dos candangos, trabalhadores vindos de todos os recantos do País, constituísse exatamente o fundo onde se haviam de mover aquelas outras figuras que eu trouxe à baila, mostrando os méritos de cada uma e a influência que tiveram na construção e no desenvolvimento dos primeiros tempos de Brasília.

Mas dizia eu, Sr. Presidente e Senhores Senadores, que é o momento, também, ao lado dessas comemorações, de refletirmos sobre a vida e o

futuro de Brasília porque estamos todos a ver que, no fim desses 11 anos de existência como capital da República, ela está, por uma força natural, se desviando, em grande parte, do seu primeiro planejamento.

Trouxe para ler nesta solenidade algumas palavras, escritas há mais de 10 anos por jornalistas e outros homens que visitaram esta cidade. E para que se tenha idéia de que, já naquela época, existia a tese e a antítese na formulação do problema brasileiro, de que nós temos necessidade então de formar a síntese criadora, começarei por ler estas palavras publicadas na própria revista editada pela NOVACAP:

"Sob esse aspecto, Brasília, será a grande lição urbanística do século XX e constituirá o modelo das novas capitais que surgirem. Todos os seus serviços foram cuidadosamente planejados antes de sofrerem a experiência e previstos para uma população limitada que impedirá o congestionamento da metrópole, evitando que a habitação, a energia, a luz, o telefone e o gás constituam casos e dores de cabeça para seus moradores."

E, ainda mais:

"Na realidade, porém, Brasília virá a ser uma capital acolhedora e humana, com seus problemas urbanos resolvidos por uma dialética que a destaca de todas as outras cidades, emprestando-lhe características novas e uma originalidade funcional que deixará em repouso os nervos de seus habitantes, tirando-lhes as preocupações da circulação e do trânsito."

E, por fim, meus senhores, este outro trecho daquilo que se pensava, então, sobre Brasília:

"Instalada a sede do governo na encruzilhada dos caminhos que levam ao povoamento e à civilização, uma nova era se abre ao desenvolvimento do Brasil. Ver-se-á então que o problema criado não era o capricho de fazer nascer do nada uma cidade moderna, removendo terras, traçando avenidas,

construindo viadutos e edificando palácios; mas, sobretudo, o de espalhar pelos cinco oitavos do País, que se encontravam ao abandono, uma população concentrada na orla marítima."

Então, Srs. Senadores, aí está a contradição entre a tese exposta por uns, de que Brasília devia ser um centro de tranqüilidade, uma capital onde as autoridades e os intelectuais pudessem exercer tranqüilamente as suas atividades, e essa outra tese de que Brasília irradia o progresso — faço questão de ressaltar, nesta hora, tese que não é nova, como muita gente pensa, mas estava nas próprias palavras dos escritores que observavam, conversavam e aprendiam naqueles momentos a significação de Brasília.

Daí Brasília ter sofrido a sua crise de crescimento, essa crise de crescimento que é, no momento, o maior drama do seu Governo.

Não faz muito tempo, o Sr. Governador do Distrito Federal, em reunião na nossa Comissão específica, dizia que o seu maior drama no Governo era exatamente este: o de ter de enfrentar problemas que não tinham sido previstos porque tudo o que se fez como infra-estrutura e construção em Brasília estava baseado naquela tese de que devia ser uma cidade de pequena população e um centro de tranqüilidade. No entanto, por força do desenvolvimento natural, e, agora, eu digo mesmo, por força dessas próprias idéias que já fervilhavam àquela época, Brasília veio a tornar-se um desses pólos de desenvolvimento do Brasil, porque começou a irradiar aquele leque de estradas que conduz à Amazônia e ao Nordeste. E, então, esse centro, que devia ser apenas um cérebro pensante, se transformou realmente num centro congestionado e surgiu essa multidão de problemas que nos afligem e para os quais peço a meditação de todos os Srs. Senadores, pois nos cabe uma grande responsabilidade no futuro de Brasília, como centro de expansão e como pólo de desenvolvimento nacional.

É preciso que todos façamos convergência de esforços, através da nossa Comissão do Distrito Federal, pa-

ra a solução do problema, já equacionado pelo nobre Senador Cattete Pinheiro, para que Brasília, sob esse novo aspecto, seja preservada — seja preservada como pólo de desenvolvimento, seja preservada como sede do Governo, adequada a um país em desenvolvimento, e seja preservada, também, na sua beleza, porque todos aqueles que, no passado, se insurgiram contra ela, querendo que Brasília fosse destruída ou abandonada, não estavam apenas cometendo um erro contra a economia nacional, estavam, na realidade, cometendo um crime contra a beleza; e nós não devemos esquecer das palavras de Anatole France quando diz que os maiores crimes que se cometem são, exatamente, os que se cometem contra a beleza. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores: cento e setenta e um anos separando os dois acontecimentos, no dia 21 de abril de 1960, na lembrança do instante histórico da morte de Tiradentes, um sino repicou na Praça dos Três Poderes, anunciando a alvorada de novo período da História do Brasil.

O singular dos dois episódios é que ambos — a tentativa de independência liderada por Tiradentes e a implantação de Brasília — constituíram atos revolucionários e de inconformação. O insucesso de Vila Rica serviu de estímulo às gerações que edificaram a Nova Capital, vinculando-a, em reconhecimento, à memória do Protomártir.

Em onze anos temos uma cidade em crescimento grandioso. E o Distrito Federal, de 141.000 habitantes da época da inauguração, passou a 545.000, marcando a maior taxa de crescimento demográfico do País. O setor de construção civil prossegue na obra de implantação física, atuando, principalmente, no campo habitacional, num intenso incremento dos programas da esfera pública, para ser empregado, no ano em curso, mais de cento e noventa e cinco milhões de

cruzeiros na construção de 2.585 apartamentos. Tudo demonstra que a cidade não parou; pelo contrário, patenteou-se a tarefa consolidadora.

Brasília está em festa nas comemorações de seu aniversário.

Os pioneiros — aqueles que vieram na primeira hora, cheios de esperança, atendendo ao apelo da urbe que nascia sentem-se felizes ao verificarem não ter sido em vão a batalha travada. Eles sabem, por experiência e sofrimento próprios, que a vitória só se efetivou, no entanto, depois do movimento de 1964, justamente porque Brasília passou a ser a própria revolução em marcha, destruindo velhas fórmulas e criando novos estilos.

Brasília surgiu trazendo características revolucionárias intrínsecas.

É revolucionária política, por ter afastado inquietações, traçando novos rumos à administração pública.

Revolucionária social, ao ensejar providências contra a miséria e a pobreza, na área rural quanto na urbana.

Revolucionária econômica, ao permitir a abertura das grandes rodovias pioneiras, para levarem o progresso a regiões até então marcadas pelo abandono e pelo pauperismo.

Revolucionária geopolítica, ao trazer critérios atualizados de avaliação da realidade geográfica nacional.

Revolucionária arquitetônica, ao criar este conjunto monumental que a tornou conhecida no mundo inteiro.

Por tudo isso, talvez, a Revolução de 1964 tenha conseguido impor tão profundas modificações na vida nacional. E hoje, quando a dedicação dos que governam a Nova Capital oferece tão auspiciosos resultados, é com satisfação que todos nós, brasileiros, podemos lançar os olhos ao passado e os estender ao futuro, para compreender esta cidade que suplantou as mais otimistas expectativas, se projetando ao porvir, com a confiança extrema no papel que lhe foi reservado.

Confesso-me apaixonado de Brasília. Tenho respeito imenso por todos aqueles que — autênticos bravos —

transformaram o "sítio castanho" na mais bela capital do mundo.

Por isso mesmo, aos candangos, aos trabalhadores de todas as profissões, aos que governaram e governam Brasília, conscientes de contribuírem para a formação de nova civilização, envio as minhas felicitações. Eles merecem as honras que a cidade recebe. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Srs. Senadores, a Mesa poderia dizer mais, mas não diria melhor. É que dela se fez intérprete o poeta e o pintor, o nobre Senador Guido Mondin.

Encerro esta solenidade, expressando as minhas congratulações com os Srs. Senadores pelos vibrantes discursos que estão à altura da grandeza, da beleza e da majestade de Brasília.

O SR. DANTON JOBIM — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Tem a palavra, pela ordem, o Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM (Pela ordem.) — Sr. Presidente, ainda estamos inscritos para falar, eu e outros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Nobre Senador Danton Jobim, V. Exa. não atentou bem para o início das minhas considerações. Friei que dava por encerrada a parte relativa às comemorações. Por conseguinte, não exclui os oradores que, ainda dentro do Expediente, poderiam falar. Cumpre também acrescentar que, esgotado o Expediente, haveria o recurso de V. Exa. falar em nome da Minoria, por delegação de seu Líder.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM (Lê o seguinte discurso.) Sr. Presidente, em 21 de abril de 1960 acendiam-se as luzes de Brasília, mas nascia também o Estado da Guanabara. O Embaixador José Sette Câmara, seu primeiro Governador, já depôs sobre as dificuldades do Governo Provisório, quando "todos tinham a sensação de que o Rio ia entrar em colapso."

Tal não aconteceu. Fêz o Governo da União o possível para atenuar as consequências da mudança da Capital. Hoje, decorridos onze anos, ainda se fala de possibilidade de colapso se não se tomarem certas medidas que, ao critério de cada um dos opinantes, parecem salvadoras.

O fato é que a Guanabara continua a ser, no panorama econômico do País, a segunda receita, o segundo parque industrial, a segunda cidade em população, a população de maior renda per capita.

Enquanto Brasília não pode tornar-se inteiramente "o cérebro das grandes decisões nacionais", a Federação continua bicéfala, o velho Rio de Janeiro soprando-lhe, em boa parte, essas decisões.

A verdade é que, se politicamente a Guanabara dá o tom, culturalmente continua a ser o cérebro do País, uma vez que lá estão as grandes instituições culturais, de cunho nacional, da Federação. Tudo que se diz, se escreve e se publica no Rio de Janeiro repercute em todos os quadrantes do Brasil. O cidadão das pequenas pátrias regionais enxerga no Rio a sua Meca, a cidade eleita, e tudo indica que o Rio continua o seu destino de metrópole, por muito tempo gozando esse privilégio.

O Sr. Ruy Santos — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DANTON JOBIM — Com muito prazer, Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos — Já que V. Exa. evoca a vinda da Capital da Guanabara, perdoe V. Exa. lembrar que antes foi a nossa velha Bahia, minha e do Senador Nelson Carneiro, que perdeu essa situação...

O SR. DANTON JOBIM — A Bahia, que tem, aliás, minha veneração...

O Sr. Ruy Santos — ... e hoje guardamos com carinho o título honroso para todos nós de terra mater da nacionalidade. Isto está nos bastando.

O SR. DANTON JOBIM — Muito bem.

Ali, no Rio, temos o termômetro da atmosfera política, o barômetro anunciando o bom e o mau tempo, de certo modo o sismógrafo registrando os

sismos que abalam periodicamente as instituições. Mineiros, cearenses, pernambucanos, baianos, gaúchos, e até paulistas, perscrutam os céus da Guanabara em busca dos sinais dos tempos.

Ali está o cadinho em que se misturam as virtudes e os defeitos do **homo brasiliensis**, tão diferentes em cada uma de suas regiões, mas cujos temperamentos, inclinações, preferências e aspirações ali se equilibram, se conciliam e se fundem.

Esse "universo brasileiro" converteu-se há onze anos em Estado Federal. Melhor dito, em Cidade-Estado. Seu Chefe do Executivo tem de ser a um só tempo Governador e Prefeito. Posições, ambas, muito importantes, sem dúvida, porque o Estado não teria razão de ser sem a Cidade, e a Cidade não poderia sustentar o seu status sem o apêndice do alto Subúrbio e da Zona Rural.

No Rio todos os problemas urbanos são prementes e a atenção dos governantes tende a ser monopolizada pela abertura e construção de avenidas, perfuração de túneis urbanos, construção de viadutos, as obras de abastecimento de água e tantos outros "pequenos problemas", falsamente pequenos aliás, que constituem a rotina da vida de uma grande cidade.

Mas a sobrevivência da Guanabara como grande centro econômico reclama do Governo do Estado que estude, planeje e execute obras de grande envergadura que transcendem às atribuições de um Prefeito.

Foi grande a pressão das exigências viárias e urbanísticas sobre o Sr. Negão de Lima, nessa metrópole em cujas ruas se despejam cem veículos novos por dia — e ele a enfrentou com bravura e eficiência, mas teve de atender à urgência de preparar os estudos das áreas de Santa Cruz e da Fazenda Botafogo para a implantação de indústrias modernas; criar o Banco do Desenvolvimento; aumentar o capital da COPEG etc.

Sem nenhuma dúvida, o Estado da Guanabara entra agora em nova fase, sob o governo do Sr. Chagas Freitas. É realmente uma experiência extraordinária na vida política do Brasil, porquanto pela primeira vez, depois de

1.º de abril de 1964, consegue chegar ao poder um líder do partido da Oposição. Excluo, evidentemente; o Sr. Negrão de Lima, porque no caso o MDB ainda não existia; eram partidos de oposição que se haviam coligado, logo depois da vitória da Revolução e escolheu um valor acima dos partidos.

Mas, a verdade é que o Sr. Chagas Freitas compreendeu muito bem a necessidade de estudar, em dimensões de Estado, os problemas do Rio de Janeiro, e vem demonstrando isso através dos vários pronunciamentos que tem feito, e que se resumem na brilhante mensagem apresentada à Assembléia Legislativa.

Nessa mensagem, esses problemas fundamentais — como o estabelecimento de indústrias leves, que utilizam mão-de-obra especializada, de um lado; o estabelecimento de indústrias grande utilizadoras de mão-de-obra em geral, e indústrias de certa forma relacionadas com atividades culturais e turísticas — são compendiados na vocação característica do Estado-cidade que é a Guanabara.

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DANTON JOBIM — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — Tenho acompanhado todas as manifestações do Governador Chagas Freitas, essas a que V. Exa. acaba de fazer referência de modo geral, e a minha impressão é a de que temos no Governo da Guanabara um homem realmente sereno, equilibrado, de valor, que está procurando assenhorear-se de todos os problemas do Estado-cidade para equacioná-los e lhes dar solução. Trata-se, como V. Exa. sabe, de um adversário meu, um adversário do meu Partido, mas admiro S. Exa. há longos anos. Tenho confiança na atuação de S. Exa. e certeza também de que o seu governo há de ser um grande governo, um governo benéfico para a Guanabara, que é, afinal de contas, o Estado de todos nós, de V. Exa., que é paulista, meu, que sou matogrossense, Estado do Senador Benjamin Farah, que é um matogrossense representando a Guanabara, enfim, da Guanabara, que acolhe no seu seio todos os filhos dos outros Estados e não faz distinção entre eles. E tanto

isso é verdade que mandou para o Senado V. Exa., que é paulista de nascimento, o nobre Senador Nelson Carneiro, baiano ilustre e brilhante e o nobre Senador Benjamin Farah, matogrossense. Todos nós, do Brasil inteiro, esperamos que a obra do Governador Chagas Freitas, que desde logo sentimos se prepara para realizá-las com brilhante equilíbrio, com brilhante firmeza, seja uma obra que resulte em benefício não só do Estado da Guanabara, mas de todo o País. São os votos que faço, como Líder da ARENA, ao Governador da Guanabara.

O SR. DANTON JOBIM — Muito obrigado a V. Exa., Senador Filinto Müller. Entretanto, quero ressaltar ainda que o Governo da Guanabara espera uma estreita coordenação com o Governo Federal. E está no firme propósito de buscá-la, numa coordenação perfeita de esforços, um entrosamento frutuoso para os interesses maiores do povo carioca. Entrosamento que “se realizará em níveis técnico e político de permanente relacionamento com os órgãos federais de fomento ao desenvolvimento, ou de apoio às várias políticas setoriais”, conforme as palavras do próprio governo na sua mensagem.

O Sr. Filinto Müller — Dá licença V. Exa. para outro aparte?

Assentimento do orador.) — Isto que V. Exa. acaba de declarar, esse propósito do Governador Chagas Freitas, corresponde, exatamente, à orientação do Governo Federal, à orientação do Presidente Médici, que é o de estabelecer um perfeito entrosamento com os Governos Estaduais, para que o desenvolvimento nacional não seja uma obra regional, mas que abranja todas as nossas regiões em igualdade e em intensidade, a fim de que possamos crescer como um todo, como estamos realmente crescendo. O Governador Chagas Freitas pode, neste particular, estar tranquilo — e esta é a declaração de V. Exa. que é um representante eminente da Guanabara — porque contará, para sua obra de governo, com toda a compreensão e com todo o apoio do Governo da República.

O SR. DANTON JOBIM — Estou certo disto, Sr. Senador.

Outra das indústrias a que pretende o Governador da Guanabara dar prioridade é a do turismo, a famosa “indústria sem chaminés”, que nos chega ainda timidamente como atividade inteligentemente organizada, mas deve ser uma das duas ou três preocupações maiores dos que administrem “a mais bela cidade do mundo”. Considerando as nossas condições excepcionais para o desenvolvimento dessa indústria, quer o Governador incentivá-lo em bases racionais, mas reconhece que somente com uma infra-estrutura de serviços urbanos de bom nível poderemos tornar a Guanabara um verdadeiro centro turístico.

“Se fizermos investimentos — diz o Governador Chagas Freitas, em sua mensagem — para aumentar as correntes externas e principalmente internas, cedo teremos a contrapartida na grande movimentação de serviços e de comércio, que tais correntes gerarão.”

Como falar, porém, seriamente de turismo numa cidade em que o abastecimento d'água é irregular e escasso, ou às vezes se torna assim?

Em sua mensagem, o Governador aponta as soluções que pretende imprimir a esse problema, de modo a atenuar quando menos sua gravidade.

Essa regularização virá com a plena utilização da Adutora do Guandu, hoje com sua capacidade reduzida pelos desmoronamentos, mas o novo Governador se propõe normalizar a situação tão cedo quanto possível.

Srs. Senadores, há uma passagem no documento lido à Assembléia que não desejaríamos deixar passar em branco. É aquela em que diz o Senhor Chagas Freitas:

“Não tenho feito um Secretariado partidário, não pude evidentemente cogitar de coalizão de partidos, o que importaria em alterar a orientação proclamada desde minha escolha para candidato: realizar um governo acima dos partidos, tendo em vista a conjuntura nacional, que exige a união de todos em torno apenas do interesse coletivo.”

Em tese, Sr. Presidente, não somos simpáticos à idéia de um governo acima dos partidos. Dos partidos, afinal, é que devem nascer, nas democracias, os governos.

Entretanto, ponderadas as condições atuais, de franca excepcionalidade, em que deflui a vida pública brasileira, essa orientação, imposição das circunstâncias, faz-se legítima por ser a única viável.

Não avanço nenhuma novidade ao dizer que penoso foi o caminho que teve de percorrer o MDB da Guanabara para instalar-se no posto que lhe cabia como depositário incontestado da maciça opinião majoritária no Estado. Hoje a valorosa seção carioca brilha como estrêla solitária no firmamento da unanimidade arenista.

Imaginamos as dificuldades que o Sr. Chagas Freitas, o porta-bandeira do nosso partido, teve de enfrentar para compor a sua equipe de governo. Parece, entretanto, que o conseguiu com êxito.

Chegou-se a falar, a certa altura, em "governo de coalizão". Como poderia ser, porém, de coalizão, de acôrdo interpartidário, um governo técnico? Isto só se justificaria se a maioria governamental estivesse em perigo na Assembléia. E o Governador confia plenamente nos seus correligionários da bancada estadual, que é altamente majoritária.

Tanto essa bancada, como a federal, formam coesas em torno do Governador do Estado, compreendendo as dificuldades que ele tem enfrentado e mostrando-se dispostas a prestigiar-lhe as soluções ou decisões em hora tão delicada.

Não falo, aqui, como Líder da Minoria, mas como membro da bancada, conhecedor de seu verdadeiro pensamento.

Líder incontestado do partido, um dos políticos mais populares no seu Estado, eleito e reeleito tantas e tantas vezes Deputado Federal com espetaculares votações, Chagas Freitas é um candidato da Oposição, na Guanabara, a subir ao Poder nos braços do povo.

Certo que a Oposição elegeu Negrão de Lima através do voto direto, mas

é evidente a raiz retintamente popular das duas candidaturas.

Direto fôsse o pleito e, pela irresistível força dos acontecimentos, as urnas do povo haveriam de consagrar, por esmagadora maioria, o nome que triunfou no pleito da Assembléia.

A austeridade do Chefe do Governo carioca já se manifesta nos seus primeiros atos, a começar pelo cuidado com que escolheu seus auxiliares diretos e pela sensatez que vem guiando seus primeiros passos, de modo a evitar as promessas temerárias ou o estabelecimento de prioridades na solução dos problemas sem estudá-los convenientemente e conhecer devidamente os recursos de que dispõe.

A verdade é que o Sr. Chagas Freitas está demonstrando, com esses primeiros atos e com os seus primeiros pronunciamentos, que será, no Governo do Estado da Guanabara, antes de mais nada, um governante austero, um governante que procurará mesmo imprimir em seu governo, antes de mais nada e acima de tudo, a nota da austeridade.

Nota-se essa preocupação em todos os seus atos.

Srs. Senadores, o povo carioca distingue, por instinto, os seus mandatórios que o servem com lealdade, espírito de sacrifício e a vontade de acertar.

O Embaixador Negrão de Lima, que acabou de fazer um operoso governo, de rigorosa probidade, alcançando, apesar disso, invejável popularidade, saiu do Palácio Guanabara cercado do respeito, da admiração e da simpatia de todo o Estado. Poderíamos, até, sobre isso, invocar o testemunho de todos os Srs. Senadores que viajam constantemente para o Rio de Janeiro e que a ela se acham ainda vinculados. Também o Sr. Chagas Freitas, estou certo, será compreendido no seu esforço pelo bem comum e deixará o Governo do Estado da Guanabara, daqui a 4 anos, nos braços do povo.

Eu não desejaria alongar ainda mais este pronunciamento, na passagem do 11.º aniversário de Brasília, uma vez que nos preparamos ainda

para ouvir a palavra do nosso eminente colega, o Senador Amaral Peixoto. Mas gostaríamos de, antes de terminar, dizer a V. Exas. que acabo de receber aqui do meu Líder, o Senador Nelson Carneiro, delegação, autorização para declarar que falei pela bancada da Guanabara, ao referir-me desse modo à pessoa e à conduta do Governador Chagas Freitas, que é apoiado indistintamente pelas bancadas estadual e federal do MDB.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho uma razão pessoal para falar nesta solenidade. É que sou dos Ministros de Estado, de 1960, o único que tem assento, presentemente, no Congresso Nacional.

Muitos já se foram; uns levados pela morte, outros se afastaram da vida pública. Eu aqui estou na mesma trincheira e acho que os Anais do Congresso Nacional devem registrar os acontecimentos políticos, pois, para o futuro, será nesses Anais que os historiadores irão buscar os subsídios para escrever a História do Brasil.

A Constituição de 46 repetiu dispositivos das constituições anteriores, determinando a transferência da capital para o Planalto Central.

O Presidente Dutra e o Presidente Vargas tomaram as providências para a fixação do local em que deveria ser erigida a nova capital.

Recordo-me de certa vez ter perguntado ao Presidente Vargas se ele estava realmente empenhado nessa transferência e se a achava possível. Ele declarou-me que desejava completar todos os estudos e entregar ao seu sucessor a possibilidade de fazer a transferência, e acrescentou: "Eu já estou velho, já não teria talvez a energia suficiente para isto. Espero que o meu sucessor seja um homem móço, um homem de energia, um homem capaz de resolver esse problema que, desde a Independência, preocupa nossos homens públicos."

Na campanha presidencial de 1955, quando se esboçava a vitória para o candidato Juscelino Kubitschek, recordo-me também que entre os pontos que ele pretendia abordar figurava o da mudança da capital.

Num grande comício no Estado do Paraná, resolveu enfrentar o problema e lançou, no seu magnífico discurso, a afirmação de que, se eleito, levaria a Capital do Brasil para o interior. Ele queria sentir a reação popular. Foi o ponto mais aplaudido do seu discurso.

Daí por diante, em todos os lugares em que falava — e falou em todos os Estados da Federação, nas grandes cidades e nas pequenas vilas — sempre a mesma reação popular. Era o povo brasileiro que em sua sensibilidade política queria a transferência da Capital para o interior.

Confesso que, quando ele anunciou a transferência ainda no seu Governo, eu mesmo tive dúvidas. Eu, seu correligionário, não acreditava, e muito menos os seus adversários! Declarou-me um ilustre representante da União Democrática Nacional, depois, entusiasta da mudança, que quando votou as medidas legislativas pedidas pelo Poder Executivo o fez na convicção de que Juscelino Kubitschek não iria completar a transferência, e queria ter o direito de, no fim do Governo, cobrar aquilo que havia sido prometido e não realizado.

Mas, com uma tenacidade extraordinária que todos, da Maioria e da Minoria, temos obrigação de reconhecer, Juscelino Kubitschek conseguiu fazer a mudança, conseguiu este milagre de Brasília. Cercado por homens capazes, por homens do mais alto nível como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro e Bernardo Sayão.

Projetou a obra e iniciou a construção. Sobre o projeto, tenho a opinião de um eminente técnico, um urbanista inglês que fez parte da comissão de julgamento. Quando estranharam que esta comissão tivesse resolvido tão rapidamente o assunto em favor do projeto de Lúcio Costa, declarou ele: "Nós podíamos nos deter uma hora, um dia, um mês ou um ano, o resultado seria o mesmo, de tal

modo esse projeto se sobrepunha a todos os outros."

A grande vantagem, a grande razão do êxito do Governo de então foi ter dado a esses técnicos plena liberdade de ação. Eles fizeram aquilo que haviam imaginado, e o fizeram com uma dedicação extraordinária. Pode-se fazer alguma crítica, em um ponto ou outro, no processo de transferência da Capital. Eu era titular do Ministério que maior número de funcionários possuía, Ministério de Viação e Obras Públicas, que hoje compreende três Ministérios, e sei a luta que tive para poder me deslocar constantemente entre Brasília e o Rio de Janeiro, mantendo em funcionamento a máquina administrativa ministerial.

O Sr. Benjamin Farah — V. Exa. permite um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Com prazer.

O Sr. Benjamin Farah — Quero congratular-me com a Casa pela bela oração de V. Exa., que fala com muita autoridade, pois era Ministro do Governo que construiu Brasília, e esta Casa fez justiça, através dos oradores, ao grande líder dessa construção, que foi o Presidente Juscelino Kubitschek. Desejo, também, consignar os meus louvores, mais que isto, os meus agradecimentos — que não são apenas meus, mas de todo o povo, não só o que represento mas o povo que todos nós representamos — aqueles sofridos trabalhadores, vindos, na sua imensa maioria, do Nordeste, e que para aqui trouxeram todo seu esforço como também suas lágrimas e saudades. Quero ainda, neste instante, consignar meu júbilo e meus louvores ao funcionalismo, sobretudo ao funcionalismo da Guanabara, que para cá veio enfrentando os maiores sacrifícios. E aí está Brasília, tantas vezes ameaçada mas que hoje, podemos dizer, é irreversível, Brasília que abre um novo teatro de lutas para o desenvolvimento desta Nação. E, realmente, a grande plataforma para a ocupação dos espaços vazios. Louvores, portanto, aos construtores de Brasília, a todos que deram tudo de si para que esta cidade chegasse ao ponto em que se encontra. Finalmente, quero, também, agradecer a V. Exa. a oportunidade deste aparte.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Muito obrigado a V. Exa.

Eu não poderia continuar esta minha oração improvisada sem prestar também homenagem aos homens que construíram Brasília. Eles não construíram somente Brasília. Eles mostraram a capacidade do homem do interior do Brasil, porque aqui se adaptaram, rapidamente, a todos os novos processos de trabalho. Homens vindos do extremo Norte, Nordeste, Minas Gerais, Goiás, eles se transformaram em mecânicos, em operadores de máquinas de terraplenagem, em eletricitistas, e muitos deles estão, até hoje, aqui, prestando serviços a Brasília. Foi mais uma demonstração da capacidade realizadora da gente brasileira.

Eu dizia, Sr. Presidente, que as pequenas falhas que poderão ter havido, por ocasião da mudança da Capital, as dificuldades que sentimos nós, então Ministro de Estado, o funcionalismo que para aqui veio em sua grande parte proveniente do Estado da Guanabara, são pequenos detalhes que não denegritão a grande obra.

Isto me faz lembrar, Sr. Presidente, uma frase de um grande amigo meu, Cândido Portinari, quando, tendo pintado um painel, na Capela Mayrink, na Floresta da Tijuca, a Virgem Maria, uma senhora dele se aproximou e criticou a obra, por entender que os pés de Nossa Senhora eram muito grandes. Como todo artista, Portinari não suportava crítica. Virou-se para a senhora e, com maus modos, respondeu-lhe: "Não sei, minha senhora. Eu não pinte os pés. Eu pinte Nossa Senhora".

Senhor Presidente, o que eles fizeram foi construir Brasília. As pequenas anomalias não desfiguraram a obra. A mudança seria feita naquele momento ou não seria feita. Brasília seria paralisada.

Quero frisar, Sr. Presidente, que os Governos — e minha imparcialidade vai ao ponto de reconhecê-lo — de 1964 para cá prestaram uma homenagem, talvez sem o perceberem, aos iniciadores de Brasília, prosseguindo, completando e aperfeiçoando o trabalho inicial.

A repercussão de Brasília foi mundial. A época do início da construção de Brasília era eu Embaixador nos Estados Unidos. As cartas que recebia das universidades americanas, pedindo-me informações sobre esta Capital, eram em número vultoso. Pediam-se informações sobre os mínimos detalhes. Recordo-me bem de uma carta de estudantes de Arquitetura. Pediam-me que lhes transmitisse detalhes sobre a cúpula da Catedral e sobre os cálculos de concreto, para conseguir aquele milagre de sustentação da cúpula com apoio tão fraco.

Sr. Presidente, quando me dirigi ao Banco de Exportação, solicitando recursos para aquisição das estruturas metálicas dos Ministérios e para a Usina do Paranoá, encontrei a melhor boa-vontade, porquanto todos eram entusiastas de Brasília.

Até mesmo os economistas, que criticavam a obra, achando que o Brasil não estaria em condições de efetuar-la, estavam reconhecendo que a sua influência seria definitiva para o futuro do Brasil.

Neste momento, Sr. Presidente, nós devemos olhar para Brasília vendo o futuro do Brasil.

Os ilustres oradores que falaram antes de mim, da ARENA e do MDB, já teceram os maiores louvores à beleza, ao arrôjo desta grande construção. Mas devemos ver o sentido político em Brasília, como marco efetivo da ocupação do nosso território.

Brasília não pode ser um divisor de águas; não pode ser um motivo para dividir os brasileiros; é o ponto de conagração de toda a família nacional. Mas reconhecendo o esforço dos que hoje prosseguem o grande empreendimento não podemos esquecer a audácia e a perseverança dos que a iniciaram. Brasília deve inspirar a todos nós, homens de boa-vontade confiança no futuro da nossa Pátria, porque homens que souberam fazer esta Capital levarão, certamente, o nosso País para os seus grandes destinos (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Embora o Sr. Presidente Petrônio Portella já se tenha manifes-

tado acerca da presente homenagem prestada a Brasília dizendo da solidariedade da Mesa a este ato, quero, também, declarar, em meu nome pessoal, que dou inteiro apoio aos oradores que falaram sobre a nova Capital.

Encerrada a homenagem a Brasília e não havendo mais oradores inscritos, vamos prosseguir na leitura da matéria que se encontra sobre a mesa.

O SR. FILINTO MÜLLER — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Pela ordem, com a palavra o Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER (Pela ordem.) — Peço a V. Exa. que conceda a palavra, como Líder, ao nobre Senador José Lindoso, para uma referência, talvez, vinculada ao aniversário de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador José Lindoso, como Líder da Maioria.

O SR. JOSÉ LINDOSO (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a nossa Bancada deseja, neste instante, no dia em que registramos, com júbilo, a data aniversário de Brasília, consignar, também, com grande satisfação, as perspectivas de crescimento e da continuidade da Liderança da Guanabara, que se tornou Estado, Estado-cidade, na mesma hora em que surgia Brasília. Nós desejamos assinalar, ainda, lembrando todos aqueles depoimentos aqui feitos, a palavra do Senador Guido Mondin, onde o sociólogo se confundiu com o poeta, na exaltação da obra e na interpretação do espírito de nacionalidade; a palavra do Senador Adalberto Sena que colocou o Acre, também, no regozijo de um depoimento e no traço de uma perspectiva de alerta sobre a continuidade dos projetos e dos sonhos e das responsabilidades, todos relativamente à criação da cidade; a palavra do Senador Cattete Pinheiro que tem a responsabilidade de Presidente da Comissão do Distrito Federal, todos, inclusive o Senador Danton Jobim, quando exalta a Guanabara faz, pelo

contraste, a própria exaltação de Brasília.

Todos, aqui, portanto, estiveram, hoje, voltados para o fato da construção da cidade que marcou, na conquista do interior brasileiro, nova fase de nossa História.

Pois bem, as cidades crescem com a alegria das crianças, com o sofrimento e o trabalho dos seus homens, com a beleza de quantos procuram cultivar essa beleza, na poesia, nos quadros de pintura, na interpretação da alma do seu povo. Mas é preciso que esta cidade cresça, também, com os instrumentos de cultura para que a sua maioria se faça plena no plano do espírito, no plano da inteligência.

Um fato vai significar, portanto, um passo a mais no crescimento e na maturidade de Brasília: é que amanhã nós teremos a inauguração da TV-Globo de Brasília, Canal 10.

Não é só a vinda para Brasília de mais uma instituição no programa de cultura, de expansão e de comunicação, a servir com as outras entidades congêneres que aqui já estão. Não é só isto. É um sintoma de afirmação da cidade, é um prenúncio de que a cidade realmente torna-se a Capital, não só na expressão fria da lei, mas na expressão do entusiasmo do brasileiro e erige-se, assim, como um centro de decisões políticas e de formação da opinião pública para todo o Brasil.

Que me perdoe a representação do Rio de Janeiro. O Rio é por demais belo para que se possa com ele competir. Estará sempre sobranceiro e com ele não pretendemos competir, nós de Brasília. Mas a destinação política de Brasília leva à sua destinação histórica de centro de decisões. E quando fazemos este registro, em nome da nossa bancada, da próxima inauguração da Televisão Canal 10, da Rede Globo, queremos prestar homenagem a quantos ali, através do complexo de comunicações, dos jornais, das rádios e das TVs, estão contribuindo para o engrandecimento do Brasil. E um lugar de destaque caberá à TV Globo de Brasília, como já tem esse lugar na opinião pública a Globo, que é coirmã dessa organização, com Roberto Marinho, com Ro-

gério Marinho, com quantos ali lutam na defesa da liberdade, no serviço tão ligado, dentro de uma perspectiva histórica e de sentimento cívico, aos serviços do Congresso, que são aqueles grandes e altos benefícios que prestam quando estão na causa da liberdade e da democracia.

O Sr. José Esteves (Com assentimento do orador.) — Senador José Lindoso, quero congratular-me com o discurso que V. Exa. está produzindo nesta Casa, a respeito do aniversário de Brasília e do evento de amanhã, com a inauguração de mais um canal de televisão, a TV Globo, que trará, através dessa emissora, maior progresso para nossa cidade. Queira, portanto, receber a manifestação do nosso aplauso, como amazonenses que somos, interioranos que somos e que reconhecemos que Brasília representou para nós, do extremo Norte, o início da nossa emancipação econômica. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Agradeço a V. Exa., Sr. Senador José Esteves, o aparte confirmativo da orientação da nossa palavra em nome da liderança. Dando continuidade, para encerrar este breve registro, Sr. Presidente, Srs. Senadores: o fato da inauguração da TV-Globo de Brasília, canal 10, como estávamos a assinalar, representa um passo neste processo de amadurecimento e de expansão de Brasília na afirmação de sua destinação nacional. E quando nesta Casa, através da palavra de vários oradores, se prestaram homenagens de reconhecimento a quantos colaboraram no esforço de construção de Brasília, queremos encerrar pensando na expressão, na significação que a TV Globo terá para a nossa cidade, queremos encerrar assinalando que na continuidade histórica dos inspiradores de Brasília nós temos a ação dos Governos revolucionários, dos três Presidentes da Revolução que deram continuidade histórica, com uma consciência extraordinária de que Brasília, como disse o Sr. Senador Amaral Peixoto, realmente não será um divisor para o Brasil e sim o marco decisivo de união nacional, na conquista de novos planos de grandeza. Relembro, portanto, a ação de continuidade histórica da revolução, não só do Presidente Castello Branco, não só do Pre-

sidente Costa e Silva, mas do Presidente Médici, que aqui se fixou, que ama a nossa cidade, evitando até passar o veraneio fora de Brasília, porque Brasília realmente é o ponto de encontro de todos os brasileiros. E o Presidente, consciente de sua missão de encontro, de reunião, de soma, deve amar Brasília e vê-la como a expressão cívica, a expressão geográfica, expressão telúrica de nossa grande terra, de nossa grande Pátria. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder da Minoria.

O SR. NELSON CARNEIRO (Como Líder da Minoria.) — Sr. Presidente, minhas primeiras palavras são para subscrever a expectativa com que a nobre Maioria vê a inauguração, amanhã, da TV Globo. Será mais uma contribuição valiosa para a consagração da nova Capital.

Neste ensejo, Sr. Presidente, já que estamos a festejar e a relembrar datas, quer a Minoria consignar o seu apreço e a sua admiração a quantos, pelo mundo afora, levam o nome do Brasil, a representação do Brasil.

Hoje também é, Sr. Presidente, o Dia do Diplomata, e a Minoria envia a todos os diplomatas do Brasil, onde quer que eles estejam, a nossa saudação e, mais ainda — porque esta é uma data nossa — a estendemos a todas representações diplomáticas em nosso País.

Finalmente, Sr. Presidente, aqui foi dito, com muita propriedade, que Brasília foi o início da nova emancipação econômica do País.

Realmente, assim foi. E se poderia sintetizar esta obra repetindo o que uma vez ouvi dizer um estrangeiro que visitava esta cidade e que tinha algum conhecimento de História do Brasil. "Pedro Álvares Cabral descobriu o litoral, e Juscelino Kubitschek de Oliveira descobriu o interior." (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Geraldo Mesquita — José Lindoso — Milton Trindade — Clodomir Millet — José Sarney —

Fausto Castello-Branco — Virgílio Távora — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcanti — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Vasconcelos Torres — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Emival Calado — Accioly Filho — Matos Leão — Celso Ramos — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Esgotada a hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes 60 Srs. Senadores.

MATÉRIAS INCLuíDAS EM ORDEM DO DIA PARA QUE O PLENÁRIO DELIBERE SE DEVEM TER PROSSEGUIMENTO

(§ 1.º do art. 371 do Regimento Interno)

Item 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 65, DE 1958

(N.º 545-C/55, na Câmara)

Dispõe sobre a transferência para o serviço da União, como extranumerários, do pessoal para obras, brasileiro, empenhado na construção do trecho ferroviário Rio Negro—Bento Gonçalves, do tronco principal Sul.

Andamento: 5-5-58 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional, de Serviço Público Civil e de Finanças. 19-11-59 — Lidos os Pareceres n.º 750, 751 e 752/59, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, favorável; — de Segurança Nacional, favorável; e — de Finanças, favorável. 20-11-59 — Devolvido às Comissões a fim de ser juntado o parecer da Comissão de Serviço Público Civil.

Em votação.

O SR. RUY SANTOS (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, a liderança da Aliança Renovadora Nacional não pode concordar com o prosseguimento da tramitação deste projeto, porque ele está ultrapassado

por várias leis, inclusive pela maior que é a Constituição, em que se diz que está com o Sr. Presidente da República a iniciativa em matéria que diz respeito ao funcionalismo público. E como V. Exa. anunciou, este projeto manda transferir para a União, como extramunerário, o pessoal do referido trecho ferroviário. Ora, não há mais extramunerários.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o prosseguimento da tramitação do projeto, queiram permanecer sentados.

Rejeitado.

O projeto tem seu prosseguimento susinado e vai ao Arquivo, sendo feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 2

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO
N.º 13, DE 1967**

(N.º 303-A/67, na Câmara)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montor — Montreal Organização Industrial e Econômica S.A.

Andamento: 7-4-67 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. 18-4-67 — Lidos os Pareceres n.ºs 326 e 327, de 1967, das Comissões: — de Constituição e Justiça, favorável; e — de Finanças, favorável. 9-5-67 — Plenário — Volta à Comissão de Finanças a requerimento do Senador Bezerra Neto. 5-9-68 — Plenário — Lido o Parecer número 716/68, da Comissão de Finanças, com o substitutivo que apresenta. 9-9-68 — À Comissão de Constituição e Justiça tendo em vista o substitutivo da Comissão de Finanças.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão contra a tramitação da matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A votação foi favorável ao projeto que, assim, prosseguirá na sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)
— Passa-se às matérias da pauta em tramitação normal.

Item 3

**REQUERIMENTO
N.º 20, DE 1971**

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 20, de 1971, do Senhor Senador Wilson Gonçalves, solicitando o desarquivamento do Projeto de Resolução n.º 91, de 1970, que suspende a execução do art. 21 da Lei n.º 1.530, de 26 de novembro de 1967, do Estado da Guanabara, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em 4-6-70.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em consequência, o Projeto de Resolução n.º 91, de 1970, será desarquivado, feita a reconstituição do processo, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 4

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 21, de 1971, de autoria do Senhor Senador Accioly Filho, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 59, de 1968, de autoria do Sr. Senador Pereira Diniz, que dispõe sobre a contribuição dos advogados como trabalhadores autônomos, segurados obrigatórios do Instituto Nacional de Previdência Social.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Em consequência da deliberação do Plenário a matéria será desarquivada

e feita a reconstituição do processo, se necessário.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o Sr. Senador Arnon de Mello, pela Liderança da Maioria.

O SR. ARNON DE MELLO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, honra-me o eminente Líder do nosso Partido, Senador Filinto Müller, com a designação para que, em nome da Maioria desta Casa, exprima o nosso júbilo pela passagem, hoje, do "Dia do Diplomata".

Ninguém discute, Senhor Presidente, a importância da missão que o Itamarati desempenha na vida nacional. Se o desconhecimento é fator fundamental do subdesenvolvimento, se o progresso científico e tecnológico se afirma como imperativo de sobrevivência na competição internacional que marca a nossa época com vistas à solução dos problemas coletivos, bem se pode avaliar a relevância da contribuição que especialmente nesta hora trazem ao nosso futuro os bons brasileiros que lá fora nos representam. Vendo-nos com mais nitidez, porque nos vêem de longe, tanto como de longe vemos melhor a floresta — da sua sensibilidade, do seu patriotismo, do seu senso de responsabilidade — recebe o Governo não apenas a informação segura e honesta, que nos atualiza sobre quanto val pelo mundo em todos os campos, mas impressões, indicações e sugestões que nos servem de base a atitudes e decisões.

Temos tido oportunidade, outros companheiros e eu, de, como delegados do Senado, conviver no Exterior com numerosos diplomatas deste País, e temos contado sempre com o seu inestimável concurso para nossos pronunciamentos nesta Casa, quanto a mim sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Muito bem desempenha sua missão, realmente, o Itamarati, onde, no passado, fulguraram Rio Branco e Joaquim Nabuco — para só citar estes dois que emprestaram tanta grandeza à nossa História — e onde hoje igualmente se destacam tantos brasileiros ilustres.

Em nome da Maioria desta Casa, dirijo minhas congratulações a todos os nossos diplomatas, na pessoa do eminente Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mario Gibson, que, madrugando no serviço do Itamarati, tem, com as suas qualidades de inteligência e cultura, honrado nossas tradições e elevado o nome do Brasil, como, aliás, bem o demonstra a homenagem que, pela sua atuação à frente da nossa Chancelaria, acaba de receber da Associação Americana de Jornalistas. (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, somos tão poucos os do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa que, às vezes, terei de me demitir, temporariamente, das funções de Líder para assumir, como ora o faço, a de cronista político dos nossos dias.

Em 1937, justo no dia 17 de setembro, encontrava-me eu no Palácio Piratini, no Rio Grande do Sul. Ali estava toda a caravana presidida pelo então candidato à Presidência, Armando de Sales Oliveira. Era noite, quando entrou no salão principal o jornalista Hamilton Barata, diretor do *Diário de Notícias*, que, com uma frasezinha que era corrente ao tempo, disse: "Eu tenho uma coisinha boa que parece à toa mas é muito boa". Ali estavam as grandes figuras da União Democrática Brasileira e logo deu a notícia: "Acabo de receber uma informação do Rio; foi retirada a candidatura José Américo de Almeida". A lucidez do espírito de Otávio Mangabeira fê-lo olhar imediatamente para Armando Sales e dizer: "Isto não é contra a candidatura oficial, é contra o senhor, Dr. Armando". E o eminente Governador de São Paulo, que estava naquele instante ladeado pelo Governador Flôres da Cunha, logo retrucou: "É verdade; hoje, retirada a candidatura José Américo, cai necessariamente a minha candidatura. Porque somente poderiam subsistir as duas, uma sustentando a outra, um encostado no outro".

Assim somos nós, Sr. Presidente, os dois Partidos em que se divide a vida política deste País: o Movimento Democrático Brasileiro só subsistirá enquanto subsistir a ARENA. Por isso mesmo, as considerações que vou fazer não têm qualquer intuito de alcançar, na vida interna, o nobre Partido adversário; ao contrário, apenas me interessam as repercussões dessas dissensões no quadro institucional do País.

Realmente, parece que a escolha, pelo Presidente da República, dos novos Governadores, por mais dignos, por mais capazes que sejam, sem entrosamento com as antigas lideranças partidárias, com os governadores da própria ARENA, essa orientação do Sr. Presidente da República, por mais sábia que lhe tenha parecido, vem causando dissídios que estravasam os quadros da ARENA para pôr em risco as próprias instituições democráticas.

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Müller — Já que V. Exa. está falando com tanta suavidade...

O SR. NELSON CARNEIRO — Como um cronista político...

O Sr. Filinto Müller — ... partindo da premissa de que somos necessários uns aos outros, pois a democracia é o diálogo, o debate, eu quero aproveitar o ensejo para fazer uma pequena retificação, nesta passagem do discurso de V. Exa. O eminente Sr. Presidente da República não escolheu arbitrariamente os governadores de Estado. O Presidente da República recebeu, através de longas tramitações e conversações, auscultando a opinião pública, a opinião partidária de vários setores, a indicação de nomes que seriam os melhores apontados para o exercício do governo. Em nenhum caso os governadores de Estado foram marginalizados do debate, do exame dos nomes que seriam submetidos à apreciação do Partido, inicialmente, e das Assembléias Legislativas, posteriormente. Tenho a impressão — e o afirmo sinceramente a V. Exa. — de que as escolhas foram

feitas da maneira mais democrática possível, auscultando todos os setores públicos dos estados para que se chegasse a um nome. No meu Estado, pelo menos, posso afirmar a V. Exa., que foram ouvidos todos os deputados estaduais, todos os líderes políticos de força dos municípios; foram ouvidos, também, deputados federais, enfim foram ouvidas todas as personalidades capazes de opinar. Não houve marginalização de governadores. V. Exa. pode dar testemunho disto que afirmo: quando do caso da escolha do Governador da Guanabara, não houve imposição do nome do Sr. Chagas Freitas ao partido de V. Exa.; não houve imposição de um nome para vice-Governador. Houve a preocupação de serem auscultados os partidos, de sentir os partidos, de sentir as várias correntes de opinião pública para se chegar ao nome que, escolhido, foi indicado pelo partido de V. Exa. e votado pela Assembléia. O que ocorreu no Estado da Guanabara ocorreu nos demais Estados da Federação. Não houve marginalização. Se, no decorrer da vida política, surgiram divergências — é possível entre elementos novos do Governo — isto é normal na vida política e na vida democrática de todos os países. Esta, a retificação que desejava fazer, nesta passagem do discurso de V. Exa.

O SR. NELSON CARNEIRO — No que diz respeito ao Governador, da Guanabara, o Sr. Presidente da República manteve a orientação geral: já que ia confiar o Governo do Estado à eleição das assembléias, respeitou as maiorias onde elas ainda existiam, porque algumas, por exemplo, foram deterioradas, como ocorreu no Rio Grande do Sul e no Estado do Acre.

No caso do Sr. Chagas Freitas não foi uma escolha do Sr. Presidente da República. O Sr. Presidente da República teve o cavalheirismo de dizer que não tinha nada a opor a nenhum dos cinco nomes do Movimento Democrático Brasileiro. O Sr. Presidente da República, porém, como Presidente da ARENA, escolheu, por exemplo, o Governador do Ceará, contra toda a tendência, contra toda a aspiração dos políticos que ali labutavam, que espe-

ravam, depois de longa carreira, encontrar no Governo o prêmio para as atividades desenvolvidas.

Mas essa referência ao Presidente da República é apenas para mostrar que a escolha, por mais preocupações que tivesse S. Ex.^a, na obra revolucionária e na seleção dos candidatos, está criando fissuras, está criando choques que, como disse, vão transbordando do partido oficial e põem em risco a estabilidade de textos constitucionais, e a erer no que diz um comentarista da maior autoridade, de *O Estado de São Paulo*, motivo que me traz a esta tribuna.

O Estado de São Paulo, do dia 14 de abril, diz que "as crises nas ARENAs estaduais espicaçaram as apreensões do sistema", e sabe V. Ex.^a, Sr. Presidente, que sistema aí não é partido, sistema é a cúpula que dirige, é a organização que preside os destinos políticos do País. (Lê.)

"As crises nas ARENAs estaduais espicaçaram as apreensões do sistema. Já não mais se pode argumentar com resultados eleitorais alcançados nas condições que se conhecem, quando o partido do governo celebra as vitórias cruzando acusações da maior gravidade.

A volta das eleições diretas nas sucessões estaduais de 74, que já parecia um sonho distante, recebeu um duro impacto e a partir de agora, deve ser riscada das especulações mais otimistas.

Este temor, Sr. Presidente, de que a continuação desses choques dentro do Partido oficial possa levar até a essa gravíssima consequência, a exclusão da eleição direta dos futuros Governadores, é que traz o cronista político destes dias a esta tribuna, pelo que isso pode representar, agravadas essas dissidências, prejuízo para todos nós que queremos que as próximas eleições, como figura no texto constitucional, sejam realmente realizadas pelo pleito direto.

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Filinto Müller — Como V. Exa. está fazendo crônica...

O SR. NELSON CARNEIRO — Crônica apenas.

O Sr. Filinto Müller — ... não perturbaria o discurso de V. Exa.

O SR. NELSON CARNEIRO — Tenho muito prazer, mas é apenas crônica.

O Sr. Filinto Müller — Mas como V. Exa. está fazendo crônica política, me permitiria intervir no seu discurso. Conheço o jornalista brilhante que formula esta terceira página de *O Estado de São Paulo* e tenho por ele grande admiração, mas acho que ele está exagerando muito, nesse passo, as pequenas divergências que possam acaso surgir no seio da ARENA. V. Exa. é político, pertenceu à União Democrática Nacional. V. Exa., que sempre atuou, com eficiência e com muita agressividade, no bom sentido da palavra, sabe, perfeitamente, que, nas reuniões dos partidos, dos nossos partidos, da UDN ou do PSD, ao qual eu pertencia, nessas reuniões, surgiam debates que, a um estranho que chegasse no momento, pareciam brigas. Contudo, terminados os debates, esclarecidos os pontos, chegávamos às conclusões necessárias que fortaleciam as organizações políticas. Assim, pequenas divergências surgem, também, na ARENA. São trocas de acusações características da pessoa humana. São pessoais, não envolvem o Partido. Não põem em risco as instituições partidárias, não põem em risco o sistema, como afirma o brilhante jornalista de *O Estado de São Paulo*.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, quero acreditar nas profecias do Líder da Maioria. S. Exa. não vê nisto perigo algum para o texto constitucional. Também o meu desejo é o mesmo: que já em 1974 os Governadores sejam eleitos pelo voto direto. E esses Governadores, eleitos pelo voto direto, 1.^o) não constituirão uma surpresa para os governantes, como muitos constituíram, neste País, no ano de 1970; 2.^o) terão eles compromissos com aqueles partidos e aquele eleitorado que os elegeram.

Mas não são tão poucas essas dissidências. Eu lembraria algumas e, de passagem, apenas, me referirei às de

menor importância e menor repercussão. Por exemplo: na terra de V. Exa., nobre Presidente Renato Franco, li, publicado, que o novo Governador mandou recolher, apressadamente, um álbum de fotografias que o ex-Governador Alacid Nunes distribua, focalizando a sua administração e que custara considerável importância ao Governo do Estado. Mas não mandava apenas pelo que isso constituía de desfalque para o Tesouro do Pará, que não deve ser tão farto assim, mas, principalmente, pela falta de cuidado, por uma preocupação estética, pela má seleção das fotografias daquele álbum. Há, ainda, um episódio que, realmente, não pode deixar de figurar nos Anais e na crônica política dos nossos dias. É aquele que diz respeito às nomeações dos Secretários, dos três Secretários que queriam ser indicados pelo Ministro Jarbas Passarinho e foram, surpreendentemente, impedidos de tomar posse.

O Ministro Jarbas Passarinho correu ao seu Estado e parece — o Senador Renato Franco informará melhor — que conseguiu, afinal, remover as acusações do Serviço Nacional de Informações, que impugnava os três candidatos.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não, nobre colega.

O Sr. Ruy Santos — O nobre Senador Renato Franco não pode apartear V. Exa. e não pode esclarecer a questão, mas V. Exa., que lê tanto os jornais e tem os recortes de toda esta matéria, deve ter, também, o recorte de uma carta feita pelo Ministro Jarbas Passarinho ao jornal *O Globo*, esclarecendo toda a questão. O fato envolve, apenas, uma exploração jornalística, porque, em realidade, não houve nada de mais.

O SR. NELSON CARNEIRO — A carta do Sr. Jarbas Passarinho, segundo li em *O Estado de São Paulo* não contesta que tivesse havido dificuldades. O que disse é que esses elementos não eram suscetíveis da ajuda do Governo — acredito que sim — e que, esclarecidas as dificuldades, eles assumiram seus postos.

O Sr. Ruy Santos — Basta não tomar posse no dia seguinte, para que o jornal político adversário diga: "Não tomou posse porque não podia."

O SR. NELSON CARNEIRO — Não estou aqui para tecer crítica ao Ministro Jarbas Passarinho. Vou até fazer o elogio de S. Exa., dizendo que é preciso, em certas ocasiões, ter um passarinho à mão. Quantos homens, neste País, foram cassados, afastados de seus cargos, desta Casa, porque não tiveram à mão um passarinho que fôsse ao governante dar um atestado da lisura dos elementos alcançados pela Revolução?

Assim, quero louvar o Sr. Ministro Passarinho que teve o cuidado de sair daqui para ir remover as dificuldades criadas aos seus ex-correligionários. Portanto, não critico S. Exa., mas sim o sistema que afasta da vida pública, injustamente, três Secretários paraenses, sem que se consolidasse, sem que houvesse, realmente, uma acusação procedente.

Sr. Presidente, no Maranhão, também, o Governador que substituiu o nobre Senador José Sarney, o nosso ex-colega na Câmara dos Deputados, Antônio Dino, sofreu críticas terríveis assim que deixou o Governo.

Ao fazer esta crônica dos acontecimentos desse tempo, eu diria, Sr. Presidente, que se diz, em São Luís, que ele nomeou, durante a sua interinidade, nada menos do que cinco mil e oitocentos funcionários. Há, até, uma frase que corre nas ruas da velha Athenas Brasileira: 20 por minuto. Chegaram a fazer a divisão, vinte por minuto. São críticas que marcam os dias de hoje.

Na Paraíba, todos nós conhecemos e ele aqui esteve por muitos anos, o nobre Senador João Agripino: costume dizer que, em toda minha carreira política, foi o homem de maior espírito público que conheci. Nunca encontrei, nesses anos todos em que passei pela política, homem de tão grande espírito público. Por isso mesmo é que me surpreende que o *Correio Braziliense* da semana passada tenha publicado em sua seção "Visto, Lido

e Ouvido", de Ari Cunha, os seguintes tópicos:

"O maior problema do Sr. Ernani Sátiro, na Paraíba, foi o chamado "testamento" do seu antecessor: 3.500 nomeações e centenas de promoções, principalmente na Polícia do Estado, elevando os gastos da administração, com o pessoal, em 20 milhões por ano, e, assim mesmo, sem cobertura orçamentária.

Das 3.500 nomeações novas, o Sr. Ernani Sátiro conseguiu congelar 900 delas, que não chegaram a sair no *Diário Oficial*. As outras foram publicadas dois dias antes da posse de Ernani Sátiro. As promoções na Polícia foram de tal ordem que se diz em João Pessoa que, agora, na corporação militar estadual a carreira começa em "cabo..."

Ora, Sr. Presidente, são surpresas para quem acompanha a vida pública dos homens brasileiros, por sinal dos da estirpe moral de João Agripino. Eu sou o primeiro a pôr de quarentena essa notícia, em homenagem àquele nosso ex-colega.

O Sr. Filinto Müller — Nós, da Maioria, não temos elementos que possamos coligar na Imprensa para fazer uma crônica política; não temos elementos de informações do que ocorre no Pará, na Paraíba e em outros Estados. Na Paraíba, V. Exa. mesmo, sabe, muito bem, com que facilidade se dá andamento a essas notícias, que nem sempre correspondem à realidade. Depois são esclarecidas. Mas os esclarecimentos não interessam mais a quem leu as notícias e que com elas ficaram impressionados. V. Exa. vai chegar à Guanabara. Espero que V. Exa. apresente suas observações à Guanabara porque a conhecemos e podemos, então, acompanhar, de perto, sua crônica política.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, no Ceará, parece que o Sr. César Cals não foi muito bem recebido pela ARENA; porque, o que me consta — está no noticiário — a ARENA criou um *bolsão* dentro da Assembléia Legislativa, com 15 deputados, liderados pelo Deputado Cincinato Furtado Leite, irmão do nosso colega Deputado Federal Furtado Lei-

te e que vem fazendo oposição ao Governo. Vejam V. Exas., nessa pequena seqüência, as dificuldades que vão marcando a trajetória dos governadores escolhidos, e não dos governadores eleitos.

O Sr. Filinto Müller — Convém V. Exa. pôr de quarentena também essa notícia; como, aliás, todas as que V. Exa. vem anunciando.

O SR. NELSON CARNEIRO — Eu não condeno; apenas faço a crônica referindo-me às informações que chegam pela imprensa e que são as únicas que podem chegar ao modesto cronista da Oposição — porque os do Governo têm sempre acesso às fontes oficiais e podem colher dados. A Oposição não pode fazer requerimento de informações, não pode constituir Comissão de Inquérito, não pode convocar Ministro, não pode usar de outros instrumentos de fiscalização; tem que se valer daqueles que são publicados pela imprensa, que é a grande fonte de informações dos cronistas da Oposição.

O Sr. Ruy Santos (Com assentimento do orador.) — Aliás, esses fatos sempre se deram em todos os tempos da vida brasileira. Mesmo quando as eleições eram diretas, empossávamos governadores, surgiam divergências e cisões nos partidos oficiais. Então, não é novidade ou decorrência de eleição indireta o que V. Exa. aponta.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, cada um faz a crônica do seu tempo. Gregório de Matos escreveu a crônica do tempo dele. Eu escrevo a crônica do meu tempo, dos dias que passam.

O Sr. Ruy Santos — Mas o nosso tempo não está muito distante.

O SR. NELSON CARNEIRO — V. Exa. deve ter feito essa crônica ao tempo em que esses fatos ocorreram, há 4 ou 8 anos. Eu faço a dos dias correntes.

O Sr. Filinto Müller — Peço que V. Exa. preste atenção para a observação do Senador Ruy Santos, porque é muito procedente. Em outros tempos, outros Governos e outras épocas, sempre surgiam as críticas dos que assumiam aos que deixavam e as queixas.

dos que deixavam aos que assumiam. V. Exa. nunca exerceu cargo de administração pública. V. Exa. sempre foi representante do povo e advogado.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sempre fui da Oposição nunca me deram governo!

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. foi sempre representante do povo, função das mais elevadas e importantes, porque V. Exa. correspondeu ao voto que lhe foi dado. Mas quero dizer a V. Exa. que exerci cargos e funções públicas e quando deixava essas funções era, via de regra, procurado por inúmeros amigos que me iam comunicar que estavam sendo perseguidos pelos substitutos. Mas eu nunca tomei conhecimento do que fizeram os meus substitutos em função pública. Quando eu deixava uma função, virava a página, cuidava de outra vida. Nem sequer passava na esquina dos prédios em que funcionavam as repartições que eu havia dirigido para não ter a veleidade de achar que estavam bem limpas ou não, bem dirigidas ou não. Nem todos têm esse sentimento. Mas a observação do Senador Ruy Santos é pertinente. Isso é da natureza humana. As restrições são uma decorrência da própria natureza humana e não representam absolutamente qualquer abalo nas instituições ou no partido a que pertencem esses governadores ou esses elementos divergentes. A divergência faz parte da política, e V. Exa. vai encontrar muita divergência dos seus pontos de vistas no seio de seu próprio partido em questões fundamentais que V. Exa. defende.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra! Estamos todos escrevendo uma crônica.

O Sr. Ruy Santos — Completando o pensamento do Senador Filinto Müller, a revista *Veja*, tratando dessa questão a que V. Exa. se refere, diz que só um governador do Brasil não teve oportunidade de falar de seu antecessor — Thomé de Souza — por não ter tido antecessor!

O SR. NELSON CARNEIRO — *Veja* V. Exa. que a minha modesta crônica vem sendo enriquecida de tão valio-

sos e importantes depoimentos, inclusive esse que o nosso venerando amigo e colega Ruy Santos traz, dos dias da fundação da nossa Terra, da velha Salvador.

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. está sendo o nôvo Pero Vaz de Caminha dessa nova descoberta do Brasil!

O Sr. NELSON CARNEIRO — Não estou descobrindo nada! Estou apenas sublinhando fatos para mostrar que, se esses erros aconteciam na eleição direta, não deviam existir nessa milagrosa eleição indireta, preparada e ajustada no Palácio do Planalto. Tudo foi preparado, ajustado, combinado, decidido, resolvido no Palácio do Planalto. Ali, foi feito o bôlo de noiva.

O Sr. Filinto Müller — Mas já tive oportunidade de esclarecer a V. Exa. que não foi assim.

O SR. NELSON CARNEIRO — Mas se foi bem confeitado esse "bôlo", não é possível que tenha espalhado tantas amarguras por este País.

O Sr. Filinto Müller — Não foi assim. Houve movimento da opinião pública com relação a muitos dos governadores indicados. O Presidente da República nunca havia ouvido falar em seu nome. Dou este testemunho a V. Exa. Foi uma ação política, uma ação partidária. Citei o exemplo do próprio Estado da Guanabara, que o partido de V. Exa. indicou. Por que V. Exa. não admite que o nosso partido tenha indicado os outros?

O SR. NELSON CARNEIRO — Acredito — e vou prestar homenagem a V. Exa. ao dizer — que se houve um governador escolhido no consenso geral, e até com meu aplauso a distância, foi o do Estado de V. Exa., o nobre Governador José Fragelli, que conheci nos dias longínquos da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes e, sei, há de ser um grande governador...

O Sr. Filinto Müller — Está sendo...

O SR. NELSON CARNEIRO — Com o apoio de todos.

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. está antecipando justiça, porque ele tem sido realmente um governador que está marcando a sua administração, como disse há pouco, o nobre Senador

Danton Jobim a respeito do Governador Chagas Freitas! está marcando a sua administração sob o signo da austeridade, está organizando trabalho que vai ser realizado com eficiência e com capacidade para o desenvolvimento de Mato Grosso.

O SR. NELSON CARNEIRO — Vê V. Exa. que a minha crônica é imparcial. Mato Grosso não figura nos meus apontamentos exatamente porque lá não há qualquer manifestação de dissidência, pelo menos não há perturbação partidária.

Mas, Sr. Presidente, contemplo, com o nobre Líder da Maioria, chegando à Guanabara. Ocorre, apenas, que o Governador Negrão de Lima se considerou um governador apartidário. Eleito por uma coligação oposicionista, quando da dissolução dos partidos políticos, S. Exa. não se inscreveu em qualquer das duas agremiações e, até hoje, não pertence nem ao MDB nem à ARENA. Por isso mesmo, seu secretariado tinha como principal elemento, na Secretaria de Obras, a mais importante, um ilustre homem da ARENA e que prestou à Guanabara os melhores serviços — o Sr. Paula Soares.

O Sr. Filinto Müller — Ingressou na ARENA, há bem pouco tempo...

O SR. NELSON CARNEIRO — Mas nunca pertenceu ao MDB.

O Sr. Filinto Müller — Era filho de um dos mais ilustres Presidentes da UDN no Paraná. A propósito do apartidarismo do Governador Negrão de Lima, gostaria, depois, de completar um esclarecimento a V. Exa.

O SR. NELSON CARNEIRO — O Governador Negrão de Lima não tomou qualquer posição política, não manifestou, de público, qualquer preferência por esse ou aquele candidato. E tendo realizado uma obra realmente ciclópica no Estado da Guanabara, tinha, como era natural, que deixar dívidas a serem pagas. Mas não há da parte do Governador Chagas Freitas, qualquer protesto contra o Sr. Negrão de Lima. Evidentemente, ele terá que ser cauteloso, este ano, para saldar os débitos e prosseguir a sua obra.

Mas não há uma dissidência dentro do MDB, no que diz respeito ao Senhor Chagas Freitas.

O Sr. Ruy Santos — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Ruy Santos — Veja Vossa Excelência o que são essas divergências, esses casos. Ainda hoje, nos jornais — V. Exa. deve ter lido porque é cuidadoso no particular — há uma notícia do Rio de Janeiro, de Deputados do MDB atacando elemento do Governo Chagas Freitas, com palavras, inclusive, pesadíssimas.

O SR. NELSON CARNEIRO — Veja V. Exa. como é diferente o amor em Portugal.

O Sr. Ruy Santos — Na Guanabara. (Risos.)

O SR. NELSON CARNEIRO — Não, é que nós somos um partido diferente. A nossa fidelidade partidária não extingue a capacidade de divergir, e essa divergência pode ser setorial, porque o Sr. Chagas Freitas não pode ser um homem inatacável, tudo que ele faz não deve ser bom, como tudo que o Presidente Médici faz, infelizmente, tem sido bom para grande parte deste Congresso. O Presidente Médici, como o Governador Chagas Freitas, como o Governador Laudo Natel, há de errar, e os Congressistas de um ou de outro partido devem fazer as suas restrições.

A nossa fidelidade tem, portanto, outros limites não tão rígidos.

O Sr. Filinto Müller — Mas Vossa Excelência está exatamente apontando aspectos de críticas feitas por elementos da ARENA a ex-governadores da ARENA. V. Exa. se baseia nessa divergência, mas quando se trata das críticas feitas pelo MDB, é uma fidelidade partidária que não é limitada, não é estrita. No entanto, quando se trata de crítica feita, como no caso do Ceará e conforme V. Exa. citou — em que a Bancada teria feito críticas ao novo Governador — aí, não seria a mesma coisa.

O SR. NELSON CARNEIRO — É a mesma coisa, nobre Senador.

O Sr. Filinto Müller — Há diferença: a medida começa onde V. Exa. assim o deseje.

O SR. NELSON CARNEIRO — É a mesma coisa. O que V. Exa. leu, é que um Deputado da Guanabara, do MDB, fez críticas a um dos setores da administração estadual, mas não se colocou em oposição ao Governador Chagas Freitas. Entretanto, no Ceará, pelo que estou informado — segundo noticiário dos jornais — há 15 Deputados, liderados pelo Deputado Furtado Leite, que tomaram uma posição global contra o novo Governador. Não é uma divergência setorial.

Seria impossível exigir de homens livres que compõem o nosso Partido, que apoiem sistematicamente tudo. Há pontos de vista, por mais respeitáveis que sejam, sustentados pelo Presidente da República ou pelos Governadores, que não podem merecer a unanimidade dos aplausos; não porque sejam contrários aos interesses públicos, mas porque contrariam convicções, ou estudos, ou opiniões já emitidas ou cimentadas no decorrer da vida.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou continuar porque não quero...

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. deseja passar adiante mas eu quero ficar na Guanabara. Gosto imensamente da Guanabara.

O SR. NELSON CARNEIRO — É a terra de todos nós. Não há por que abandonar o Estado da Guanabara.

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. acentuou que o nobre Governador Negrão de Lima, que aliás fez...

O SR. NELSON CARNEIRO — Uma notável administração.

O Sr. Filinto Müller — Exatamente. Uma notável administração, foi um Governador apartidário. Há pouco, o Senador Danton Jobim acentuava que o MDB é a grande força da opinião pública na Guanabara. Mas, esse apartidarismo do Governador Negrão de Lima, V. Exa. não ignora, é um apartidarismo pessoal. Ele, pessoalmente, não se inscreveu em nenhum partido. Mas, não houve nem um administrador regional na Guanabara, não houve nem um diretor

de serviço ou chefe de repartição na Guanabara, que não tivesse sido indicado pelo MDB. Então, esse apartidarismo do Sr. Negrão de Lima era exclusivamente pessoal. Ele punha em prática o apartidarismo para poder fazer a grande administração que fez. Por outro lado, submetia todos os seus atos ao controle do MDB. V. Exa. não me apontará um administrador regional que não tivesse sido indicado pelo MDB, que não tivesse sido indicado pela circunstância de ter sido apoiado por um dos deputados mais votados na região. Isto foi feito no governo Negrão de Lima e está sendo feito, agora, no governo Chagas Freitas. Então, existe no Brasil uma máquina política montada, azeitada, perfeitamente azeitada, que é o MDB da Guanabara. Daí a afirmativa do Senador Danton Jobim de que o MDB é a grande força. E é a grande força porque tem a melhor máquina política montada, que em outros tempos não existiu em outros Estados. É esta a observação que eu desejava fazer a respeito do apartidarismo do Governador Negrão de Lima, entrando com elementos para a crônica que V. Exa. faz e que, futuramente, será julgada por outros que examinaremos nossos Anais.

O SR. NELSON CARNEIRO — Mas V. Exa., Sr. Senador Filinto Müller, me honra muito com seu aparte. Sou um homem, realmente, pouco dado a nomear. Acredito que, em toda a minha carreira política, iniciada há dezenove anos, não tenha nomeado vinte pessoas, o que faz o desespero de meus eleitores, porque há duas espécies de homens públicos: os que têm constrangimento em pedir e os que são obrigados a pedir mesmo constrangidos. Tenho tido esse constrangimento.

O Sr. Filinto Müller — Sou como V. Exa.

O SR. NELSON CARNEIRO — E posso dizer a V. Exa. que muitos administradores pertenciam à ARENA. Recordo-me, porém, de que o administrador da Ilha do Governador, cujo nome não sei, como não sei de nenhum dos administradores, foi nomeado e indicado pelo nosso eminente companheiro, Mal. Mendes de Moraes, que era da ARENA e por sugestão do Deputado da ARENA Maurício Pinks-

fuld. Evidentemente, não posso saber o nome de todos porque não sei o nome de nenhum, a não ser o da região onde moro, que é o Dr. Nelson Monteiro.

O Sr. Filinto Müller — Não conheço também.

O SR. NELSON CARNEIRO — Veja-se o que acontece na Guanabara: a Secretaria de Obras estava entregue a um homem insuspeito, de caráter, este homem, Dr. Paula Soares, a quem o Estado da Guanabara deve os melhores serviços.

O Sr. Filinto Müller — Estou de acordo. Quando V. Ex.^a cita o nome do Dr. Paula Soares, quero de público render a homenagem do meu apreço e da minha admiração e, estou certo, de todos os meus companheiros. Esse *môço*, que realizou uma notável obra no Estado da Guanabara, é realmente um valor e dos mais altos que o Brasil possui. Quero esclarecer a V. Ex.^a que a filiação do Dr. Paula Soares à ARENA deve ter sido feita no ano de 1970. Anteriormente ele não era filiado a nenhum partido, nem ao MDB, nem à ARENA. Então estava como o Governador Negrão de Lima, sem partido, e precisava ser sem partido para realizar a obra que realizou. Rendo a homenagem ao Dr. Paula Soares, pelo seu valor, pelo que fez pela Guanabara, e quero esclarecer a V. Ex.^a que foi uma honra muito grande para nós da ARENA a sua filiação ao nosso partido. Mas essa filiação é recente e ele nunca teve atuação partidária.

O SR. NELSON CARNEIRO — Veja V. Ex.^a: se o Sr. Negrão de Lima tivesse a preocupação de escolher homens do Movimento Democrático Brasileiro depois da formação dos dois partidos atuais, ele teria entregue a Secretaria de maior responsabilidade, de maior vulto de empreendimento, de maior número de empregos a um homem do Movimento Democrático Brasileiro, o partido da Oposição. Ao contrário, S. Ex.^a deixou-a entregue a um homem sem partido, o que mostrou a sua isenção. Depois, quando o Dr. Paula Soares ingressou na ARENA e chegou até a ter o seu nome deferido como possível candidato ao Governo, nem por isso ele o afastou; deixou-o na Secretaria até o último instante.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com prazer, Senador Guido Mondin; V. Ex.^a irá trazer, certamente, uma contribuição valiosa para esta modesta crônica que estou fazendo.

O Sr. Guido Mondin — Acho que não. Nobre Senador Nelson Carneiro, a Mesa tem um compromisso imediato, que é o de fazer incorporada uma visita que precisa ser atendida agora. Ora, estou aqui mal colocado geograficamente. (Risos.)

O SR. NELSON CARNEIRO — Se V. Ex.^a quer, eu inverte a ordem.

O Sr. Guido Mondin — Exatamente o que quero pedir a V. Ex.^a: que tenha a bondade de chegar ao Rio Grande do Sul, porque senão sairia daqui com a consciência carregadíssima...

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, com muito prazer vou inverter a ordem e chegar ao Rio Grande do Sul, tanto que enriquecerá esta modesta crônica a valiosa contribuição desse pintor e poeta, também Senador, que é o nobre colega Guido Mondin.

Nada preciso dizer do Rio Grande do Sul porque lá os fatos são públicos. Surpreendentemente, o Sr. Euclides Triches iniciou essa série de críticas aos governos anteriores, do seu partido. O nobre Governador Peracchi Barcelos, através de seu Secretário da Fazenda, reagiu em termos até muito ásperezos. A contenda estava tão grave — estive no Rio Grande do Sul há uns quinze dias e lá ouvi a notícia, quando isso ocorreu — que o Sr. Presidente da República tinha tido o cuidado de mandar parar, pois que não era possível continuar esse "lavar de roupa suja" exatamente no seu Estado, naquele Estado onde S. Ex.^a, pessoalmente, com surpresa para o Sr. Peracchi Barcelos, escolheu o nobre Deputado Euclides Triches para Governador. De modo que o problema do Rio Grande do Sul não tem nenhuma surpresa. Todos nós conhecemos os fatos. O Sr. Euclides Triches, violentamente, agrediu a administração Peracchi, e o Sr. Peracchi, por seu Secretário, refutou violentamente. E o MDB, através da palavra do seu Lí-

der e Presidente, Deputado Paulo Simon, veio pedir a presença do Secretário da Fazenda para explicar, afinal, quem é que tinha razão.

Aqui estão, Sr. Presidente, dois dados que o nobre Senador Guido Mondin certamente esclarecerá. Trago-os, e digo com a maior isenção, uma das boas amizades de minha vida é o Governador Peracchi Barcelos, mas aqui não examino os homens, não examino a pessoa, examino o exercício da função — as críticas que estão sendo feitas dentro da ARENA pelos homens da ARENA são graves não pelo que repercutam no âmago próprio, mas pelo que possam extravasar, contaminando a vida política nacional e pondo em risco as instituições democráticas, essas pobres instituições democráticas que nos restam.

Pelo que leio, se diz que o Rio Grande do Sul só paga um cruzeiro para cada dez cruzeiros que deve, e que há pouco o Estado perdeu 817 milhões de cruzeiros na Dominium.

Quer dizer: são acusações, Sr. Presidente, feitas por pessoas de alta responsabilidade e, certamente, folgarei de consignar no meu discurso a notícia de que nada disso ocorreu, que o Sr. Peracchi Barcelos deixou o Governo em forma magnífica e que o Sr. Euclides Triches estava mal informado quando começou com severas críticas ao antigo Governador gaúcho. Tanto mais agora que a ARENA, contrariando todas as esperanças dos "tarsistas", vai eleger o Chefe do Gabinete da Casa Civil do Governador Peracchi Barcelos, o Sr. João Bentz, Presidente do Diretório da ARENA — isso mostra como a ARENA gaúcha é partidária, os "tarsistas" do Rio Grande do Sul vão eleger alegremente o Sr. João Bentz Presidente do Diretório da ARENA naquele Estado.

Esses os fatos que sei e que gostarei de retificá-los depois da intervenção de V. Ex.^a.

O Sr. Guido Mondin — Nobre Senador Nelson Carneiro, V. Ex.^a depois de começar um quadro assim; em que fala do áspero, fala do agressivo, dando idéia de que houve uma rebordosa bárbara no Rio Grande entre companheiros, me fala nesse tom final de harmonia, de paz, daquela grande

tranquilidade de que os gaúchos são tão capazes depois de qualquer refrega. No entanto, o que é verdade é que se os outros fatos mencionados pelo eminente Líder são parecidos com os do Rio Grande, então nada está acontecendo neste País, porque, mesmo aquelas percentagens mencionadas por V. Exa., na contestação do Governador Euclides Triches, são instantes de qualquer administração. Se apanharmos, se estudarmos, se interpretarmos a melhor das administrações deste mundo, vamos ver que há instantes negativos que, positivamente, não podem empanar toda a grandeza da administração havida. Então, isto é o que ocorreu no Rio Grande do Sul. Lembrando o caso mencionado por V. Exa., nobre Senador Nelson Carneiro, tudo decorreu da apreciação do Orçamento para 1971, quando a Secretaria da Fazenda teria incluído verbas de receitas que não se realizariam ou que não poderiam ser aplicadas, segundo a previsão. Evidentemente, se eu, como Governador, assumo o governo, quero ver como vão as coisas no meu Estado. Por mais que me tenha preparado, só mesmo diante dos fatos positivos que possuo poderei fazer o estudo. Foi o que aconteceu. Se o Governador chama o seu Secretariado para uma reunião, aquilo que S. Exa. disser far-se-á público. Daí decorrem as interpretações. Não há nada, absolutamente nada, de agressivo, de grave, porque apenas o comentário ou os esclarecimentos do Governador levaram o ex-Governador a uma explicação. Tudo com tranquilidade. Veja V. Exa., Senador Nelson Carneiro, o ex-Governador Peracchi Barcelos entregou ao Líder da ARENA na Assembleia Legislativa esses esclarecimentos, porquanto a Oposição, a sua Oposição, naturalmente vibrou com o fato, com o pequeno fato. Vibrou, e dele começou a fazer uso no seu combate, na Assembleia Legislativa. Então, não podia a ARENA, não podia o Governador atual, não podia o ex-Governador calar, aceitar o combate e nem lhe fazer o esclarecimento que se fez necessário. E veja V. Exa. que tudo passou tão bem, tranquilamente. Não vejo gravidade nenhuma. E volto a dizer a V. Exa. que se os fatos mencionados pelo eminente Senador, com relação aos outros Estados, se assem-

ham aos do Rio Grande do Sul, há paz no seio de Abrahão, e em outros seios...

O SR. NELSON CARNEIRO — E em outros seios. Ainda bem, Sr. Presidente. Que haja paz em todos os seios do Brasil, em todos os seios que eu vou referir aqui.

O nobre Senador Guido Mondin reduz a nada a grave advertência, a grave crítica do Governador Euclides Triches à administração anterior e que levou o Sr. Peracchi Barcelos, através do seu Secretário, a um revide duro, que causou espanto no Rio Grande do Sul...

O Sr. Guido Mondin — Eu me permito pedir a V. Exa., não diga revide e sim esclarecimento. Revide parece duelo, parece reviver fatos que já não ocorrem no Rio Grande do Sul.

O SR. NELSON CARNEIRO — ... uma amarga resposta ao Governador Euclides Triches.

Estive no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, logo depois, e terrei a honra e o prazer de voltar lá na próxima sexta-feira, e ali encontrei esse ambiente. A briga acabou porque o Presidente Médici mandou ordem para acabar. Não era possível que no seu Estado continuasse um dizendo mal do outro. E a Revolução? E a Revolução, que espalhara pela televisão, pelo rádio, nos comícios, a notícia de que o Governo do Rio Grande do Sul era um paraíso que tinha realizado todas as obras imaginadas, que trazia a felicidade a todos os rio-grandenses?!

Não era possível, Sr. Presidente, que esta crítica surgisse nos próprios arraiais, nos altos comandos da ARENA do Rio Grande do Sul.

O Sr. Guido Mondin — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador.) A crítica anularia toda a administração do Sr. Governador Peracchi Barcelos e haveria, porventura, nessa crítica, a intenção de anular, entre companheiros, a obra de um deles, durante quatro anos de formidáveis esforços? Absolutamente, não. É a mesma crítica que os companheiros de V. Exa. fazem ao atual Governo da Guanabara, quanto a um setor qualquer. Tal crítica é evidente, diante da observação, feita em reunião pelo secretariado, pelo Governa-

dor Euclides Triches. A Imprensa movimentando-se pelos cronistas de lá, visa a suscitar todas essas discussões que, no frígido dos ovos, têm um aspecto muito agradável, porque vem ensinar a V. Exa., eminente Líder da Minoria, a crônica ora em debate. Depois, poderemos, evidentemente, quando a matéria for para as oficinas, aperfeiçoá-la.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, eu me sentiria muito feliz se o Sr. Peracchi Barcelos aceitasse a explicação do Senador Guido Mondin, entendendo que o Governador Euclides Triches teria dito o contrário. Assim ficaria muito satisfeito com as palavras que o atual Governador proferiu, a respeito de sua administração. Ninguém ficaria mais satisfeito do que eu, velho amigo e colega do ex-Governador Peracchi Barcelos.

Eu esperava, Sr. Presidente, que tudo fosse um céu aberto, mas não é. Até a velha Minas, também; o Governador Rondon Pacheco encontrou, pelo que está noticiado — tenho aqui os jornais — dificuldades, pois aqui tenho o revide do Secretário de Fazenda, Geraldo Dias Coelho, ex-Secretário na administração do Prefeito Luís Souza Lima, às críticas e acusações do atual Prefeito Oswaldo Fieruccetti, nomeado pelo nosso eminente colega Rondon Pacheco.

Em Goiás, não sei se hoje, passado um mês, terminou a indicação do Secretariado. Porque esta é uma novela. Cada dia surgem novas personagens. O SNI parece que montou quartel-general em Goiânia e é possível que, a estas horas, o Governador Emival Calado já tenha conseguido completar a sua administração.

Em São Paulo, por enquanto, há rumores, mas rumores que talvez viam tempestade. Mas como São Paulo pode reparar facilmente os seus danos, com a sua grande potencialidade econômica, é possível que esses rumores se desfaçam com o tempo. Quanto à Prefeitura, porém, está divulgado que o Prefeito Maluf deixou um déficit de 400 milhões de cruzeiros.

Sobre Santa Catarina vai uma referência ligeira, porque ainda não tive oportunidade de ler, na íntegra, o inesperado discurso do Deputado Henrique Córdoba, criticando, pelo

que ouvi, a administração de seu benfeitor, o ex-Governador Ivo Silveira.

Não conheço os termos exatos desse discurso, mas me chegaram as notícias de críticas que, oportunamente, comentarei aqui.

Sr. Presidente, como todos sabem guarda-se o melhor para o fim; e o melhor, desta vez, é o Paraná. O Paraná, realmente, é o carro-chefe na crônica alinhavada que vou tecendo, com a colaboração dos eminentes companheiros da Minoria. Vou concluir com o Paraná.

No Paraná, as divergências eram anteriores à própria escolha do Sr. Leon Peres. Eram divergências realmente graves, objeto até de publicações na Imprensa. Tive a oportunidade, como Deputado, de as comentar na outra Casa do Congresso. Mas o Sr. Presidente da República insistiu e o Sr. Leon Peres foi eleito.

O Sr. Leon Peres foi eleito e logo começou a examinar a administração do Sr. Paulo Pimentel.

O Sr. Renato Franco — O ilustre Senador me permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Renato Franco — É um aparte atrasado, porque, há pouco, estava na Presidência e não pude, então, responder a V. Exa. imediatamente. A respeito do álbum publicado pelo Governador Alacid Nunes, tal notícia não é verdadeira. V. Exa. parece que leu nas entrelinhas. O atual Governador não mandou recolher o álbum. Diz a notícia, de um único jornal, que S. Exa. não tomou conhecimento desse álbum, porque pertencia ao Governo passado. Quanto às escolhas feitas pelo Governador, não de imediato empossados os escolhidos, isto é norma ora seguida no Brasil, e norma muito boa, Sr. Senador. Precisamos saber a quem vamos entregar as administrações estaduais. Sejam revolucionários ou não, a vida de cada um deve ser investigada. Foi o que aconteceu. No Pará, há verdadeira harmonia revolucionária. Jarbas Passarinho, com aquela sua visão de estadista, humanizou a Revolução no Estado do Pará. É Estado que se pode dizer quase 100% revolucionário. Dois

grandes governos realizaram obras importantes, sendo que o último fez obras nababescas, obras humildes e obras para o povo, ao todo três mil obras. E ainda mais: deixou, nos cofres, vinte e quatro mil cruzeiros intactos para seu sucessor. O Pará foi o único Estado que apresentou candidato único ao Sr. Presidente da República, tal a unanimidade da Revolução dentro do Estado do Pará. O Sr. Fernando Guilhaon, arenista aplaudido por toda a ARENA do Pará, foi escolhido por unanimidade pela ARENA, sob aplausos gerais, teve seu nome levado a S. Exa. o Sr. Presidente da República que, incontinenti, sancionou-o, devido à atitude unânime da ARENA paraense. Além disso, o nome escolhido era endossado por um homem que, hoje, constitui o elemento poderoso dentro da Revolução — Jarbas Passarinho. Todos nós sabemos que Jarbas Passarinho vem consagrando a Revolução, humanizando-a. O Brasil precisava de novos métodos, precisava de uma Revolução, realmente, que trouxesse o bem público e o respeito aos dinheiros públicos. Tal se verificou no Pará. Assim que ficou apurado que sobre os elementos escolhidos não havia absolutamente acusação que pudesse impedi-los de assumir o lugar, foram empossados e, hoje, estão exercendo os seus cargos. Vê, portanto, V. Exa. que, no Pará, há felicidade e lá a Revolução é bendita.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, agradeço o aparte do nobre Senador Renato Franco, que vem confirmar quanto eu pensava. Primeiro que o Governador Fernando Guilhaon, escolhido por unanimidade, não gostou do álbum do Governador Alacid Nunes, tanto que dele não tomou conhecimento. Ora, nada mais grave que o desprezo.

O Sr. Renato Franco — Nem poderia tomar conhecimento. Não foi produto da administração dele. Será, então, que cada novo administrador vai devassar o passado?

O SR. NELSON CARNEIRO — A notícia, Sr. Presidente, que utilizei e que S. Exa. acaba de confirmar, dizia exatamente isto: que havia uma crítica ao alto preço desse álbum, mas principalmente à má feitura, à má escolha, à má seleção.

O Sr. Renato Franco — É um jornal só que diz, e não é do Pará.

O SR. NELSON CARNEIRO — Mas, V. Exa. sabe, eu só posso ler o jornal. Os outros jornais não disseram o contrário. Se um diz isso e os outros não dizem o contrário, tenho de me basear no único que falou a respeito. Infelizmente não tenho correspondentes especiais em cada Estado do País para este modesto cronista político que ora merece a atenção da Casa.

O Sr. Renato Franco — V. Exa. está colhendo informações de seus colegas.

O SR. NELSON CARNEIRO — E estou registrando com a maior simpatia.

V. Exa. traz outro depoimento que confirma o que falta neste País é passarinho. Porque S. Exa. acaba de dizer que bastou um passarinho para humanizar a Revolução no Pará.

Vamos espalhar os passarinhos por este País, Sr. Presidente. Homens capazes de humanizar a Revolução, não só no Pará mas em todos os Estados do Brasil. O que faltam são passarinhos. Vamos trazer passarinhos.

O Sr. Renato Franco — O que falta é homem. Chama-se esse homem Passarinho ou seja um Senador ou um Deputado ou Ministro; desde que seja um brasileiro que ame o País será capaz de ser admirado e correspondido nos seus anseios.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sabe V. Exa. que não sou adulator dos homens de governo. Nunca procurei o Ministro Jarbas Passarinho. Não o conheço mas se tiver de fazer uma escala dos homens que merecem a minha admiração, entre os primeiros figuraria o atual Ministro da Educação. Porque S. Exa. diz sempre o que se deve fazer, mas infelizmente não consegue fazer o que diz em relação à situação dos estudantes brasileiros — o que será objeto de outro discurso.

Mas, Sr. Presidente, eu focalizava o Estado do Paraná, o último, para encerrar estas considerações. O Sr.

Leon Perez, na sua mensagem, diz o seguinte:

"Em contraste com a fantasia financiada pelos recursos do povo, esta mensagem retrata fielmente uma imagem de um Estado economicamente pujante mas que hoje se encontra financeiramente comprometido e estruturalmente desorganizado, a tal ponto que considero grave omissão do governador negar conhecimento dos fatos a quantos detem e partilham a responsabilidade e o amor pelo desenvolvimento de nossa terra."

Isto não foi dito, Sr. Presidente, pelo Líder da Oposição na Assembleia Legislativa do Paraná; foi dito pelo Governador da ARENA, Sr. Leon Perez, a respeito da administração do Sr. Paulo Pimentel, também da ARENA daquele Estado. E daí têm vindo sucessivas intervenções de um e de outro, trocando palavras que não se podem confundir com bondade, nem elogio, nem têm aquela característica que V. Exa., nobre Senador Guido Mondin, quis emprestar às palavras trocadas entre os dois Governadores.

Estas palavras até V. Exa. não acharia tão blandícias assim.

Mas isso, Sr. Presidente, desencaixou no País um processo novo: duas emissoras de televisão acabam de ser invadidas pelos representantes do governo Leon Perez: o Canal 4, de Curitiba, e o Canal 11, de Apucarana. Invadidas com mandado pela Polícia do Paraná. Invadiu, prendeu quem encontrou e retirou originais e "videotapes". Por quê? — Por que o Governo quer processar essas Emissoras? De quem são essas Emissoras? A quem estão ligadas essas Emissoras? Essas Emissoras, Sr. Presidente, das quais não participam homens do MDB, ao que sei, traduzem o pensamento do ex-Governador Paulo Pimentel, que criticou o atual governo Leon Perez, inclusive pelo não pagamento do funcionalismo público. Pois, então, um governador escolhido pela Revolução para ser modelo para todos paranaenses e para todos os cidadãos deste País, esse governador se permite, com um mandado policial — vejam V. Exas. aonde chegamos — invadir duas Emissoras de televisão e retirar originais para defender seu governo,

para fazer prova a favor do seu governo!

Aí está, Sr. Presidente, a que ponto chegamos, a que extremos chegamos. A grande desculpa que está, hoje, nos jornais, é que essa invasão policial foi aprovada pela Polícia Federal.

Quando nós estudamos Direito, meu ilustre Presidente, era o juiz quem autorizava essas diligências. Hoje, é a Polícia Federal.

Evidentemente, melhoramos muito! Passamos de um Estado judicial para um Estado policial.

Ora, Sr. Presidente, essas consequências graves é que podem, extravasando do âmbito da ARENA, causar prejuízos à vida institucional do Brasil. E é esse o meu temor porque se fosse apenas briga entre homens da ARENA eu compreenderia e não tinha que intervir. O que temo é que isso prejudique a todos nós, as instituições, a normalidade democrática, e outra vez tenhamos dias amargos, difíceis e incontroláveis no País.

O Sr. Ruy Santos — V. Exa. está fazendo sua crônica à base de recortes de jornais.

O SR. NELSON CARNEIRO — É a única fonte que encontra a Oposição.

O Sr. Ruy Santos — V. Exa. deve ter, entre os seus recortes, também — não sei se verdadeira a frase, mas admito porque conheço o pensamento, a orientação do Presidente Médici — está nos jornais de hoje, que o Presidente Médici dissera que os atuais governadores não devem estar preocupados com pedras para jogar nos seus antecessores, mas em reuni-las para construir o futuro do Brasil. Assim, V. Exa. não deve ter preocupação com esses fatos, quanto ao futuro das Instituições e do Brasil, porque, indiscutivelmente, à frente dos destinos do País há um homem realmente empenhado em levá-lo, e levando-o, leva-nos, a nós todos, a dias bem melhores do que os vividos até agora.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluo com as pedras do Senador Ruy Santos...

O Sr. Ruy Santos — Minhas, não! Quem está jogando pedras é V. Exa. ...

O SR. NELSON CARNEIRO — ... com essas abençoadas pedras que o Presidente Médici quer reunir, não para continuar atirando para o passado, esse passado que não há de ser o de 1970, mas o dos anos anteriores, de todos os anos que se foram, para reuni-las todas a fim de construir a grandeza deste País.

Faço votos, e já o fiz certa feita na Câmara dos Deputados, para que o Presidente da República não distinga entre pedras. Há pedras que são manchadas de erros mas que podem ser lavadas no sacrifício, no amor, na benevolência e na compreensão; mas há outras pedras limpas que foram jogadas atrás, que foram desprezadas mas que são necessárias, todas, para a construção deste País.

Faço votos para que os homens da ARENA não fiquem jogando pedras uns nos outros e que o Sr. Presidente da República consiga deter esses apedrejadores para que possam um dia, junto com os homens do MDB, que outra coisa não querem senão o engrandecimento do País, realizar uma obra que seja não apenas orgulho para nós mas, principalmente, instrumento de progresso, de desenvolvimento, de paz, de harmonia e de compreensão para os nossos filhos e para os nossos netos! (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional acha-se convocado para uma sessão solene, a realizar-se às 11,00 horas do próximo dia 22, destinada à comemoração do "Dia da Comunidade Luso-Brasileira". Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão, designando para a do próximo dia 22, uma vez que amanhã será feriado Nacional, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 7, DE 1969

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 7, de 1969

(n.º 688-B, de 1967, na Câmara), que dá nova redação ao art. 64 do Decreto-lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), tendo

PARECER, sob n.º 4, de 1971, da Comissão

— de Constituição e Justiça, favorável, com a emenda que oferece de n.º 1-CCJ.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 24, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 24, de 1970 (n.º 2.075-B/69, na Câmara), que altera o art. 19 do Decreto-lei número 3.200, de 19 de abril de 1941, alterado pela Lei n.º 2.514, de 27 de junho de 1955, que dispõe sobre bem de família, tendo

PARECER, sob n.º 5, de 1971, da Comissão

— de Constituição e Justiça, favorável.

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 90, DE 1971

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 91, de 1970, que suspende a execução do art. 21 da Lei n.º 1.530, de 26 de novembro de 1967, do Estado da Guanabara, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, de 4 de junho de 1970. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer n.º 750, de 1970.)

II

CONGRESSO NACIONAL

Matérias em Tramitação

1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 3, DE 1970 (CN)

“Fixa normas para o cumprimento do disposto nos arts. 98 e 108, § 1.º, da Constituição (Paridade Salarial no Serviço Público Civil Brasileiro).”

Comissão Mista

Presidente: Sen. Paulo Tórres
Vice-Presid.: Dep. Passos Pôrto
Relator: Dep. Ary Alcântara

Calendário

Dia 22-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 1, DE 1971 (CN)

“Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências.”

Comissão Mista

Presidente: Sen. Flávio Brito
Vice-Presid.: Dep. Delson Scarano
Relator: Dep. Ildélio Martins

Calendário

Dia 28-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 15 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

3

PROJETO DE LEI N.º 1, DE 1971 (CN)

“Dispõe sobre a produção açucareira do País, e dá outras providências.”

Comissão Mista

Presidente: Sen. Eurico Rezende
Vice-Presid.: Sen. Amaral Peixoto
Relator: Dep. Ítalo Fittipaldi

Calendário

Dias 22 e 23-4-71 — Apresentação de emendas perante a Comissão;

Dia 29-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 21 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

4

PROJETO DE LEI N.º 2, DE 1971 (CN)

“Dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários

de Serviços Públicos de Energia Elétrica, e dá outras providências.”

Comissão Mista

Presidente: Sen. Danton Jobim
Vice-Presid.: Sen. Paulo Guerra
Relator: Dep. Ivo Braga

Calendário

Dias 22 e 23-4-71 — Apresentação de emendas perante a Comissão;

Dia 29-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

5

MENSAGEM

N.º 2, DE 1971 (CN)

“Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.135, de 3 de dezembro de 1970, dispondo sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional, e dá outras providências.”

Comissão Mista

Presidente: Dep. Pedro Ivo
Vice-Presid.: Dep. Parente Frota
Relator: Sen. Paulo Tórres

Calendário

Dia 22-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

6

MENSAGEM

N.º 3, DE 1971 (CN)

“Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.136, de 7 de dezembro de 1970, que altera a legislação pertinente ao Imposto sobre Produtos Industrializados.”

Comissão Mista

Presidente: Sen. Carvalho Pinto
Vice-Presid.: Dep. Wilmar Guimarães
Relator: Dep. Fernando Gama

Calendário

Dia 27-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 15 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

7

MENSAGEM

N.º 4, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.137, de 7 de dezembro de 1970, que institui incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento industrial, e dá outras providências."

Comissão Mista

Presidente: Dep. Pacheco Chaves
Vice-Presid.: Dep. Alberto Hoffmann
Relator: Sen. Matos Leão

Calendário

Dia 27-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

8

MENSAGEM

N.º 5, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.138, de 11 de dezembro de 1970, dispondo sobre o oferecimento à subscrição pública de ações do Banco da Amazônia S.A., e dá outras providências."

Comissão Mista

Presidente: Sen. Adalberto Sena
Vice-Presid.: Dep. Américo de Souza
Relator: Sen. José Lindoso

Calendário

Dia 28-4-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

9

MENSAGEM

N.º 6, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.139, de 21 de dezembro de 1970,

que dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 815, de 4 de setembro de 1969."

Comissão Mista

Presidente: Dep. Arthur Fonseca
Vice-Presid.: Sen. Milton Cabral
Relator: Dep. Walter Silva

10

MENSAGEM

N.º 7, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.140, de 30 de dezembro de 1970, que altera a redação de dispositivo do Decreto-lei n.º 1.134, de 16 de novembro de 1970."

Comissão Mista

Presidente: Sen. José Sarney
Vice-Presid.: Dep. José Freire
Relator: Dep. Manoel Taveira

11

MENSAGEM

N.º 8, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.141, de 30 de dezembro de 1970, que estende até 1975 os efeitos do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 498, de 13 de março de 1969, e dá outras providências."

Comissão Mista

Presidente: Sen. Amaral Peixoto
Vice-Presid.: Sen. Arnon de Mello
Relator: Dep. Célio Borja

12

MENSAGEM

N.º 9, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.142, de 30 de dezembro de 1970, que altera e consolida a legislação referente ao Fundo de Marinha Mercante, dispõe sobre o adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante, e dá outras providências."

Comissão Mista

Presidente: Sen. Accioly Filho
Vice-Presid.: Dep. Ário Theodoro
Relator: Dep. Homero Santos

13

MENSAGEM

N.º 10, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.143, de 30 de dezembro de 1970, que dispõe sobre a Marinha Mercante e a Construção Naval."

Comissão Mista

Presidente: Dep. Adhemar Ghisi
Vice-Presid.: Dep. Rubens Berardo
Relator: Sen. Benedito Ferreira

14

MENSAGEM

N.º 11, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.144, de 31 de dezembro de 1970, que dispõe sobre a convocação de Substitutos de Auditor na Justiça Militar."

Comissão Mista

Presidente: Sen. Nelson Carneiro
Vice-Presid.: Sen. Cattete Pinheiro
Relator: Dep. Alberto Hoffmann

15

MENSAGEM

N.º 12, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.145, de 31 de dezembro de 1970, que prorroga o disposto no caput do art. 28 da Lei n.º 4.862, de 29 de novembro de 1965, e dá outras providências."

Comissão Mista

Presidente: Dep. Hugo Aguiar
Vice-Presid.: Sen. Milton Trindade
Relator: Dep. Freitas Nobre

16

MENSAGEM

N.º 13, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.146, de 31 de dezembro de 1970, que consolida os dispositivos sobre as contribuições criadas pela Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955, e dá outras providências."

Comissão Mista

Presidente: Dep. Josias Leite

Vice-Presid.: Dep. Thales Ramalho

Relator: Sen. José Lindoso

17

MENSAGEM

N.º 14, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.147, de 13 de janeiro de 1971, que altera para o exercício de 1971 a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos."

Comissão Mista

Presidente: Sen. Ruy Carneiro

Vice-Presid.: Sen. Matos Leão

Relator: Dep. Fernando Lopes

18

MENSAGEM

N.º 15, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.148, de 28 de janeiro de 1971, que dá nova redação ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.144, de 31 de dezembro de 1970."

Comissão Mista

Presidente: Sen. Alexandre Costa

Vice-Presid.: Dep. Argilano Dario

Relator: Dep. Alberto Hoffmann

19

MENSAGEM

N.º 16, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.149, de 28 de janeiro de 1971, que estabelece condições para a filiação de entidades sindicais brasileiras a organizações internacionais."

Comissão Mista

Presidente: Sen. Franco Montoro

Vice-Presid.: Sen. Saldanha Derzi

Relator: Dep. Osnelli Martinelli

20

MENSAGEM

N.º 17, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.150, de 3 de fevereiro de 1971, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo, e dá outras providências."

Comissão Mista

Presidente: Dep. Nogueira de Rezende

Vice-Presid.: Dep. Florin Coutinho

Relator: Sen. Ruy Santos

21

MENSAGEM

N.º 18, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.151, de 4 de fevereiro de 1971, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar área de terra que menciona, de propriedade da Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí."

Presidente: Dep. Túlio Vargas

Vice-Presid.: Sen. Helvidio Nunes

Relator: Dep. Osires Pontes

22

MENSAGEM

N.º 19, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.152, de 24 de fevereiro de 1971, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Distrito Federal, e dá outras providências."

Presidente: Sen. Fernando Corrêa

Vice-Presid.: Dep. Henrique Alves

Relator: Dep. Ary Alcântara

23

MENSAGEM

N.º 20, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.153, de 1.º de março de 1971, que altera a redação do art. 9.º do Decreto-lei n.º 401, de 30-12-68."

Presidente: Dep. Herbert Levy

Vice-Presid.: Dep. Aldo Fagundes

Relator: Sen. Luiz Cavalcanti

24

MENSAGEM

N.º 21, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.154, de 1.º de março de 1971, que estabelece a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) baseada na Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas (NAB), adapta a Tarifa Aduaneira à referida Nomenclatura, e dá outras providências."

Presidente: Dep. Zacharias Seleme

Vice-Pres.: Sen. Orlando Zancaner

Relator: Dep. Rubem Medina

25

MENSAGEM

N.º 22, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.155, de 3 de março de 1971, que dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios do produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias."

Presidente: Dep. Renato Azeredo

Vice-Pres.: Sen. José Esteves

Relator: Dep. Manoel Novais

26

MENSAGEM

N.º 23, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.156, de 9 de março de 1971, que dispõe sobre a prestação dos serviços de propriedade industrial, e dá outras providências."

Presidente: Dep. Victor Issler

Vice-Pres.: Sen. Heitor Dias

Relator: Dep. Bento Gonçalves

27

MENSAGEM

N.º 24, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.157, de 21 de março de 1971, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados."

Presidente: Sen. Cattete Pinheiro

Vice-Pres.: Dep. Nadyr Rossetti

Relator: Dep. Diogo Nomura

28

MENSAGEM

N.º 25, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.158, de 16 de março de 1971, que dispõe sobre estímulos à exportação de produtos manufaturados."

Presidente: Sen. Paulo Guerra

Vice-Pres.: Dep. Marcos Freire

Relator: Dep. Leopoldo Peres

29

MENSAGEM

N.º 26, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.159, de 17 de março de 1971, que dá nova redação ao caput do art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.145, de 31 de dezembro de 1970."

Presidente: Dep. Maia Neto

Vice-Pres.: Dep. Getúlio Dias

Relator: Sen. Benedito Ferreira

30

MENSAGEM

N.º 27, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei

n.º 1.160, de 17 de março de 1971, que dispõe sobre a concessão de isenção do Imposto de Importação a bens e equipamentos destinados à pesquisa científica, e dá outras providências."

Presidente: Sen. Gustavo Capanema

Vice-Pres.: Dep. Mauricio Toledo

Relator: Dep. Fábio Fonseca

31

MENSAGEM

N.º 28, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.161, de 19 de março de 1971, que dispõe sobre os abatimentos de renda bruta e deduções do Imposto de Renda realizados por pessoas físicas em decorrência de aplicações financeiras de interesse econômico ou social."

Presidente: Sen. Virgílio Távora

Vice-Pres.: Dep. Parente Frota

Relator: Dep. Carlos Cotta

32

MENSAGEM

N.º 29, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei

n.º 1.164, de 1.º de abril de 1971, que declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais as terras devolutas situadas ao longo e de cada lado dos eixos rodoviários nacionais que menciona, e dá outras providências."

Presidente: Dep. Thales Ramalho

Vice-Pres.: Sen. Geraldo Mesquita

Relator: Dep. Rafael Faraco

33

MENSAGEM

N.º 30, DE 1971 (CN)

"Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.165, de 1.º de abril de 1971, que dispõe sobre estímulos fiscais e fornecimentos de produtos manufaturados feitos no mercado interno."

Presidente: Sen. Arnon de Mello

Vice-Pres.: Dep. Freitas Diniz

Relator: Dep. Henrique Turner

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 50 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sobre a Mensagem número 17, de 1971 (CN), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.150, de 3 de fevereiro de 1971, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo, e dá outras providências".

ATA DA 1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1971

As dezesseis horas do dia dezesseis de abril do ano de mil novecentos e setenta e um, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Ruy Santos, Augusto Franco, Ozires Teixeira, Geraldo Mesquita, Antônio Carlos, Virgílio Távora, Alexandre Costa e Amaral Peixoto e os Senhores Deputados Nogueira de Rezende, Lopo Coelho, Paulo Ferraz, Florim Coutinho e Pedro Ivo, reúne-se a Comissão Mista para

estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 17, de 1971, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.150, de 3 de fevereiro de 1971, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo, e dá outras providências.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jessé Freire, Tarso Dutra e Fausto Castello-Branco e os Senhores Deputados Hildebrando Guimarães, Grimaldi Ribeiro, Vargas Oliveira, Faria Lima, Marco Maciel e Henrique Alves.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Ruy Carneiro que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Se-

nhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Augusto Franco.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Nogueira de Rezende 12 votos
Deputado Lopo Coelho 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Florim Coutinho 12 votos
Senador Amaral Peixoto 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Deputados Nogueira de Rezende e Florim Coutinho.

Assumindo a presidência, o Senhor Deputado Nogueira de Rezende agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Senador Ruy Santos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão. — Senador Ruy Santos — Senador Augusto Franco — Senador Ozires Teixeira — Senador Geraldo Mesquita — Senador Antônio Carlos — Senador Virgílio Távora — Senador Alexandre Costa — Senador Amaral Peixoto — Deputado Nogueira Rezende — Deputado Lopo Coelho — Deputado Paulo Ferraz — Deputado Florim Coutinho — Deputado Pedro Ivo.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nogueira de Rezende

Vice-Presidente: Deputado Florim Coutinho

Relator: Senador Ruy Santos

Senadores

Deputados

ARENA

- | | |
|----------------------------|--------------------------|
| 1. Ruy Santos | 1. Nogueira de Rezende |
| 2. Augusto Franco | 2. Hildebrando Guimarães |
| 3. Ozires Teixeira | 3. Grimaldi Ribeiro |
| 4. Jessé Freire | 4. Lopo Coelho |
| 5. Tarso Dutra | 5. Paulo Ferraz |
| 6. Geraldo Mesquita | 6. Vargas Oliveira |
| 7. Antônio Carlos | 7. Faria Lima |
| 8. Virgílio Távora | 8. Marco Maciel |
| 9. Alexandre Costa | |
| 10. Fausto Castello-Branco | |

MDB

- | | |
|-------------------|--------------------|
| 1. Amaral Peixoto | 1. Florim Coutinho |
| | 2. Pedro Ivo |
| | 3. Henrique Alves |

Calendário

Dia 15-4-71 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta.

Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

Prazo

Até dia 5-5-71, na Comissão Mista

Até dia 30-5-71, no Congresso Nacional

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Telefone: 43-6677 — Ramais 314 e 303.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ATA DA 5.ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA),

REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1971

As 16:30 horas do dia 19 de abril de 1971, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Daniel Krieger, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Heitor Dias, Helvidio Nunes, Antônio Carlos, Eurico Rezende e José Lindoso, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Accioly Filho, Milton Campos, Gustavo Capanema, José Sarney, Emival Caiado e Nelson Carneiro.

Lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador Eurico Rezende que, como Relator do Vencido no Projeto de Lei da Câmara n.º 44/70 — Atribui competência residual à Justiça do Trabalho para o processamento e julgamento das ações trabalhistas propostas contra a União, autarquias e empresas públicas Federais, ajuizadas até 29-10-69, apresenta o seu parecer pela inconstitucionalidade da proposição. O parecer é aprovado por unanimidade.

Continuando com a palavra, o Senhor Senador Eurico Rezende relata a Mensagem n.º 51/71 do Senhor Presidente da República submetendo à consideração do Senado o nome do Doutor Jacy Guimarães Pinheiro, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente do falecimento do Doutor João Mendes da Costa Filho, tornando-se, de acordo com o Regimento, a Sessão Secreta.

Reaberta e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

M E S A

Presidente:

*Petrônio Portella (ARENA - PI)*1º-Vice-Presidente:
*Carlos Lindenberg (ARENA - ES)*2º-Vice-Presidente:
*Ruy Carneiro (MDB - PB)*1º-Secretário:
*Ney Braga (ARENA - PR)*2º-Secretário:
*Clodomir Millet (ARENA - MA)*3º-Secretário:
*Guido Mondin (ARENA - RS)*4º-Secretário:
*Duarte Filho (ARENA - RN)*1º-Suplente:
*Renato Franco (ARENA - PA)*2º-Suplente:
*Benjamin Farah (MDB - GB)*3º-Suplente:
*Lenoir Vargas (ARENA - SC)*4º-Suplente:
*Teotônio Vilela (ARENA - AL)***C O M I S S Õ E S**Diretora: Edith Balassini.
Local: Anexo — 11.º andar.
Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.**A) COMISSÕES PERMANENTES**Chefe: Francisco José Fernandes.
Local: 11.º andar do Anexo.
Telefone: 43-6677 — Ramal 301.**1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Matos Leão**ARENA****TITULARES**Flávio Brito
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Matos Leão**SUPLENTE**Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa**MDB**

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira**ARENA****TITULARES**José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira**SUPLENTE**Saldanha Derzi
Ozires Teixeira
Lourival Batista**MDB**

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho**ARENA****TITULARES**Daniel Krieger
Accioly Filho
Milton Campos
Wilson Gonçalves
Gustavo Capanema
José Lindoso
José Sarney
Emival Caiado
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias**SUPLENTE**Carvalho Pinto
Orlando Zancaner
Arnon de Mello
João Calmon
Matos Leão
Vasconcelos Torres**MDB**

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena**ARENA****TITULARES**Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Ozires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
Emival Caiado**SUPLENTE**Paulo Tórres
Luiz Cavalcanti
Filinto Müller
Waldemar Alcântara
José Lindoso**MDB**

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA**TITULARES**

Magalhães Pinto
Vasconcelos Torres
Wilson Campos
Jessé Freire
Augusto Franco
Orlando Zancaner
Paulo Guerra
Milton Cabral
Helvídio Nunes
José Lindoso

SUPLENTE

Domicio Gondim
Milton Campos
Geraldo Mesquita
Flávio Brito
Leandro Maciel

MDB

Amaral Peixoto

Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

ARENA**TITULARES**

Gustavo Capanema
João Calmon
Tarso Dutra
Geraldo Mesquita
Cattete Pinheiro
Milton Trindade

SUPLENTE

Arnon de Mello
Helvídio Nunes
José Sarney

MDB

Benjamin Farah

Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

ARENA**TITULARES**

João Cleofas
Carvalho Pinto
Virgílio Távora
Wilson Gonçalves
Matos Leão
Tarso Dutra
Celso Ramos
Lourival Batista
Saldanha Derzi
Geraldo Mesquita
Alexandre Costa
Fausto Castello-Branco
Ray Santos
Jessé Freire

SUPLENTE

Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Milton Trindade
Dinarte Mariz
Emival Caiado
Flávio Brito
Eurico Rezende

MDB

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

ARENA**TITULARES**

Heitor Dias
Domicio Gondim
Paulo Tôrres
Benedito Ferreira
Eurico Rezende
Orlando Zancaner

SUPLENTE

Willson Campos
Accioly Filho
José Esteves

MDB

Franco Montoro

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

ARENA**TITULARES**

Arnon de Mello
Luiz Cavalcanti
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domicio Gondim
Orlando Zancaner

SUPLENTE

Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Guimard

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Emival Caiado

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
José Lindoso
Filinto Müller
Emival Caiado

SUPLENTE

Cattete Pinheiro
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

ARENA**TITULARES**

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Saldanha Derzi
Accioly Filho
José Sarney
Lourival Batista
João Calmon

SUPLENTE

Milton Cabral
Fausto Castello-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire
Virgílio Távora

MDB

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

ARENA**TITULARES**

Fernando Corrêa
Fausto Castello-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Batista
Ruy Santos
Waldemar Alcântara

SUPLENTE

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Celso Ramos

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

ARENA**TITULARES**

Paulo Tórres
Luiz Cavalcanti
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Milton Trindade
Alexandre Costa
Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

ARENA**TITULARES**

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Ozires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

SUPLENTE

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

ARENA**TITULARES**

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcanti
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

SUPLENTE

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito.

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo.

Telefone: 43-6677 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para apreciação de vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (Art. 90 do Regimento Comum).

LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

Coleção de Decretos-leis n.ºs 1 a 318 do Governo

Castello Branco e Legislação Correlata

**4 volumes em um total de 2.096 páginas — Preço em brochura Cr\$ 40,00
— encadernada Cr\$ 80,00**

**(Obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa, composta
e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal.)**

**ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITA-
DA OU REVOGADA — INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — GOVERNO COSTA E SILVA
E DOS MINISTROS MILITARES RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA**

1º VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 10
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 52 A 56
DECRETOS-LEIS Nºs 564 A 664 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 5
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 38 A 40
DECRETOS-LEIS Nºs 348 A 409 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 6 E 7
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 41 A 50
DECRETOS-LEIS Nºs 410 A 480 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 8 E 9
ATO COMPLEMENTAR Nº 51
DECRETOS-LEIS Nºs 481 A 563 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

5º VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 4
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 37
DECRETOS-LEIS Nºs 319 A 347 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 57 A 62
DECRETOS-LEIS Nºs 665 A 804 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

7º VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1
ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 12 A 17
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 63 A 67
DECRETOS-LEIS Nºs 805 A 851 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

8º VOLUME CONTENDO 318 PÁGINAS

DECRETOS-LEIS Nºs 852 A 941 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO PELA EQUIPE DE COMPILADORES DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO
FEDERAL, SOB A SUPERVISÃO DO DES. MANOEL JOSÉ MACHADO BARBUDA**

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 —
ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Ja-
neiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de
Julho, 2.029 — C.P. 5534.

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e Impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

Anais da Constituição de 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionais face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apertes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

Índices deste gênero são apresentados em todos os volumes dos Anais e compendidos em um volume final de Índice Geral.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. — (2 tomos) — Preço Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Vol. com 282 páginas — Preço Cr\$ 8,00.

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue, pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 e Avenida Graça Aranha, 26.
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534
Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11.

NÔVO CÓDIGO PENAL

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal, divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao nôvo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

1.^a parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

— Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).

— Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.^a parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69
Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.

Preço Cr\$ 10,00

NÔVO CÓDIGO PENAL MILITAR

E

NÔVO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MILITAR

A "Revista de Informação Legislativa", editada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, no seu n.º 26, publica as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

— "Inconstitucionalidade do decreto-lei sobre censura prévia" — (Senador Josaphat Marinho) — "Sociologia das regiões subdesenvolvidas" — (Professor Pinto Ferreira) — "Poder de iniciativa das leis" — (Professor Roberto Rosas) — "O sistema representativo" — (Professor Paulo Bonavides).

CÓDIGOS

— "Código Penal Militar" — 1.^a parte: I — Anteprojeto de Código Penal Militar (autor: Ivo D'Aquino) — II — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva — 2.^a parte: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-1969 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-1944 — (Ana Valdez Ayres Neves de Alencar) — "Código de Processo Penal Militar" — "Lei de Organização Judiciária Militar" — "Justiça Militar e Segurança Nacional" — Ementário de Legislação.

PUBLICAÇÕES

— Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa.

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

Relação de publicações do Senado Federal

COM OS RESPECTIVOS PREÇOS DE VENDA

COLEÇÃO DE DECRETOS-LEIS N^{os} 1 A 318 DO GOVERNO CASTELLO BRANCO E LEGISLAÇÃO CORRELATA — COM INDICES POR ASSUNTO E CRONOLÓGICO

- 1^o Vol. — Decretos-leis n^{os} 1 a 64 — Total de 594 págs. — Preço: Cr\$ 8,00
2^o Vol. — Decretos-leis n^{os} 65 a 164 — Total de 602 págs. — Preço: Cr\$ 8,00
3^o Vol. — Decretos-leis n^{os} 165 a 243 — Total de 504 págs. — Preço: Cr\$ 12,00
4^o Vol. — Decretos-leis n^{os} 244 a 318 — Total de 523 págs. — Preço: Cr\$ 12,00

PREÇO DOS 4 VOLUMES ENCADERNADOS — Cr\$ 80,00

(Obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal)

ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITADA OU REVOGADA — INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — GOVERNO COSTA E SILVA E DOS MINISTROS MILITARES RESPONDENDO PELA PRESIDENCIA

1^o VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N^{os} 1 A 4
ATOS COMPLEMENTARES N^{os} 1 A 37
DECRETOS-LEIS N^{os} 319 A 347 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

5^o VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL N^o 10
ATOS COMPLEMENTARES N^{os} 52 A 56
DECRETOS-LEIS N^{os} 564 A 664 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

2^o VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL N^o 5
ATOS COMPLEMENTARES N^{os} 38 A 40
DECRETOS-LEIS N^{os} 348 A 409 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

6^o VOLUME CONTENDO 468 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL N^o 11
ATOS COMPLEMENTARES N^{os} 57 A 62
DECRETOS-LEIS N^{os} 665 A 804 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

3^o VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N^{os} 6 E 7
ATOS COMPLEMENTARES N^{os} 41 A 50
DECRETOS-LEIS N^{os} 410 A 480 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

7^o VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL N^o 1
ATOS INSTITUCIONAIS N^{os} 12 A 17
ATOS COMPLEMENTARES N^{os} 63 A 67
DECRETOS-LEIS N^{os} 805 A 851 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

4^o VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N^{os} 8 E 9
ATO COMPLEMENTAR N^o 51
DECRETOS-LEIS N^{os} 481 A 563 E LEGISLAÇÃO
CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

8^o VOLUME CONTENDO 318 PÁGINAS

DECRETOS-LEIS N^{os} 852 A 941 E LEGISLAÇÃO
CITADA COM INDICES CRONOLÓGICO E POR
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO PELA EQUIPE DE COMPILADORES DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO
FEDERAL, SOB A SUPERVISÃO DO DES. MANOEL JOSÉ MACHADO BARBUDA

DECRETOS-LEIS N^{os} 1 A 327 — EMENTÁRIO — PREÇO CR\$ 1,50

REFORMA ADMINISTRATIVA

(redação atualizada)

Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhes deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (D.O. de 29-2-68), e os Decretos-leis n.ºs 900, de 29-9-69 (D.O. de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (D.O. de 21-10-69), e 1.093, de 17-3-70 (D.O. de 18-3-70).

Índice Alfabético — (Por Assunto) Legislação Correlata

Edição organizada, revisada e impressa pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr\$ 5,00

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional Número 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BÓLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA	Cr\$ 7,00

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 190 — Rio de Janeiro — GB ou SQS 104 — Bl. A — Loj. 11 — Brasília

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF"

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS. JÁ PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO: 28 VOLUMES

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF
Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginália (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

PREÇO DOS TRÊS VOLUMES - Cr\$ 30,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal - Brasília - DF

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Naronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos **ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do **CÓDIGO CIVIL**.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE

- | | |
|---|------|
| a) Classificação, por artigo, do Código Civil | V |
| b) Legislação Complementar | CLXV |

II PARTE

- | | |
|---|----|
| a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil | 1 |
| b) Julgamentos | 27 |

III PARTE

- | | |
|--|-----|
| a) Índice alfabético remissivo | 389 |
| b) Índice numérico por espécie de processo | 458 |

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal - Brasília - DF

Os pedidos devem ser endereçados à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS** - Sede: Praia de Botafogo, 190 - ZC-02 - Rio de Janeiro - GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) - Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 - Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 - Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 - C. P. 5534